

ISSN: 2176-5960

PROMETEUS FILOSOFIA

N. 25

Janeiro de 2018

**Edição especial comemorativa dos
10 anos de nossa revista**

ISSN: 2176-5960

PSEUDO-PLUTARCO

Sobre o Destino

Introdução, tradução e notas: Rodolfo Lopes (UnB)

Sumário

PREFÁCIO.....	3
INTRODUÇÃO.....	5
1. Nota preliminar.....	5
2. Autoria.....	6
3. Estrutura do argumento	6
4. Superação do determinismo estoico	9
Bibliografia citada	13
Edições	13
Estudos	13
SOBRE O DESTINO	14
ΠΕΡΙ ΕΙΜΑΡΜΕΝΗΣ.....	26



VIVA VOX
Grupo de Pesquisa em Filosofia
Departamento de Filosofia - Universidade Federal de Sergipe
Contato: vivavoxsergipe@yahoo.com.br

Editorial Prometeus

Editores Responsáveis

[Dr. Aldo Dinucci](#), VIVA VOX / DFL / UFS, Brasil
[Dr. Marcos Antonio da Silva](#), UNIVASF

Editores Executivos

[Dr. William de Siqueira Piauí](#), Universidade Federal de Sergipe
[Dr. Arthur Eduardo Grupillo Chagas](#), Universidade Federal de Sergipe
[Dr. Marcos Silva](#), Universidade Federal de Alagoas
[Dr. Evaldo Becker](#), Universidade Federal de Sergipe
[Dr. Marcos Balieiro](#), Universidade Federal de Sergipe

Comitê Científico Internacional

[Dr. David Sedley](#), Christ's College, Cambridge, Reino Unido.
[Dr. Kelli Rudolph](#), University of Kent
[Dr. Luc Brison](#), CNRS - França
[Dr. Ricardo Salles](#), Universidad Nacional Autónoma de México, México
[Dr. Emidio Spinelli](#), La Sapienza, Roma, Itália.
[Dr. Gabriele Cornelli](#), UnB, Brasil
[Dr. Delfim Leão](#), Universidade de Coimbra, Portugal
[Dr. Miguel Ángel Rossi](#), Universidad de Buenos Aires. CONICET/UBA
[Dr. Pedro Pablo Fuentes González](#), Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Granada, Espanha
[Dr. Marcelo Boeri](#), Universidad Alberto Hurtado, Chile, Chile
[Dra. Karla Pollmann](#), University of Kent, Canterbury, Reino Unido
[Dr. Rodrigo Braicovich](#), CONICET / Universidad Nacional de Rosario, Argentina
[Dra. Esther Paglialunga](#), Universidad de Los Andes, Venezuela
[Dr. José Luís Lopes Brandão](#), Universidade de Coimbra, Portugal

PREFÁCIO

Coube-me o destino privilegiado de escrever algumas poucas palavras de *Prefácio* para esta primorosa edição bilingue do opúsculo intitulado *De fato*, do Pseudo-Plutarco. A publicação desta obra vem em um momento especialmente feliz pela revista *Prometeus*, que celebra 10 anos de vida editorial, sempre timoneada com energia incansável e grande sabedoria por Aldo Dinucci, que aproveito para agradecer pelo convite para escrever estas breves linhas. A ocasião é duplamente especial, pois o tradutor, Rodolfo Lopes, professor do departamento de filosofia da Universidade de Brasília e do Programa de Pós-Graduação em Metafísica da mesma Universidade, é atualmente Coordenador Adjunto da Cátedra UNESCO Archai da Universidade de Brasília. A parceria do Viva Vox com a Cátedra UNESCO Archai já tem quase a mesma idade da revista *Prometeus* e vem se intensificando desde então a cada ano, em um multiplicar-se de interações, projetos, formações de redes de pesquisa. A tradução aqui apresentada pode ser facilmente reconhecida como mais um produto desta *philia* que nos une, a nós da Archai, à UFS, a Aldo, ao Viva Vox e à revista *Prometheus*.

Rodolfo Lopes, com o qual tenho a sorte de compartilhar a condução de diversos projetos de pesquisa e editoriais, é egresso da grande escola de filologia clássica da Universidade de Coimbra, onde defendeu seu doutorado. Apesar de jovem, já tem no currículo uma elogiada tradução de dois difíceis diálogos platônicos (*Timeu* e *Crítias*) e de um tratado aristotélico. Com esta tradução, Rodolfo Lopes se aventura com tanta coragem quanto cuidado filológico na literatura médio-platônica, um âmbito ainda a ser em grande parte explorado deste lado do Atlântico. O autor do opúsculo, com toda probabilidade um platônico próximo do estoicismo, enfrenta, à moda eclética de sua época, um dos temas centrais para toda a história do pensamento ocidental. Surpreende e cativa, nas páginas do Autor, a procura de um equilíbrio instável entre destino e liberdade, sempre no fio da navalha, em um processo de diálogo que por vezes parece ser interno ao próprio estoicismo, mas que ao mesmo tempo mantém-se em um confronto direto com a “grande tradição” platônica e aristotélica.

Não é exatamente um texto fácil de assimilar, por partir em boa parte de pressupostos distantes daqueles que, quiçá, utilizaríamos hoje para tratar da relação entre destino e liberdade. Vieram-me à mente, neste sentido, as palavras de Koiré, que há tempo me acompanham em minhas leituras antigas: “Quando se aborda o estudo de um pensamento que

não é o nosso, o mais difícil – e o mais necessário – é [...] não tanto captar o que não se sabe e o que sabia o pensador em questão, quanto esquecer o que sabemos e o que cremos saber. [...] Às vezes é necessário não só esquecer verdades que se converteram em partes integrantes do nosso pensamento, como até mesmo, inclusive, adotar certos modos, certas categorias de raciocínio, ou ao menos certos princípios metafísicos, que para as pessoas de uma época pretérita eram bases de raciocínio e de busca tão válidas e também tão seguras como são para nós os princípios da física matemática e os dados da astronomia” (Koiré, 1981,71).

É com este espírito que convido os leitores a enfrentarem as páginas a seguir: tão belas por serem em grande parte tão distantes de nossa sensibilidade atual. Belas de uma beleza antiga, que nos obriga a sair de nós mesmos para encontrar o outro, com sorte, no meio do caminho para Larissa.

Gabriele Cornelli

Coordenador da Cátedra UNESCO Archai

Universidade de Brasília

Brasília, 1 de Dezembro de 2017

Referencia Bibliográfica

KOIRÉ, A. (1981). *Místicos, Espirituales y Alquimistas del siglo XVI alemán*. Madrid.

INTRODUÇÃO

Rodolfo Lopes (UnB)

1. NOTA PRELIMINAR

Este breve tratado explora um problema que, já latente na tragédia ou até nos Poemas Homéricos¹, acabou por se tornar num dos tópicos mais determinantes do helenismo: o destino (εἴμαρμένη). Presente na estrutura mais íntima da mundividência grega de um modo diacrônico e transversal, a leitura dos fenómenos naturais e humanos como emanações incontornáveis de uma esfera superior que prescreve e vigia ganhou no helenismo o estatuto de filosofema fundamental.

Principalmente a partir das especulações estoicas que, de forma geral, resultaram em determinismo, surgiram diversos autores que, de um modo ou doutro, tentaram relativizar essa posição, a fim de que fosse salvaguardada a liberdade da/na ação humana. São disso exemplo Cícero (*De fato*), Alexandre de Afrodísias (Περὶ εἴμαρμένης) e Plotino (3.1[3])². Tanto no caso destes autores, como no do texto aqui em causa, a abordagem ao problema do destino não parte de uma base teórica completamente original, na medida em que todos eles se filiavam num dos grandes sistemas (aristotelismo e platonismo); mais ou menos original será, sim, a leitura que cada um faz a partir dessas linhas gerais. No entanto, não quer isto dizer que um aristotélico como Alexandre utilize apenas e só as ferramentas conceptuais e metodológicas de Aristóteles; pelo contrário. Ainda que cada autor esteja mais inclinado para a sua escola de origem, recorre também a elementos das outras; do que resulta uma fundamentação teórica compósita decorrente do ecletismo intelectual que marcava este período.

¹ Por exemplo, o postulado de que a linha da vida (λίβον), tecida previamente pelas Moiras, era entregue a cada um no dia do seu nascimento (e.g. *Il.* 20.128; 24.209–10); isto é, que o destino individual estava traçado desde o primeiro dia de vida.

² Além destes, houve ainda outros que abordaram o problema do determinismo, como, por exemplo, Carnéades. O problema é que deles apenas sobraram fragmentos; sobre este assunto, vide SHARPLES 1983: 3-14.

2. AUTORIA

Um dos aspectos mais misteriosos do texto é a sua autoria. Mas, visto que as humildes pretensões desta introdução estão muito aquém da resolução desse problema filológico, limito-me apenas a constatar algumas hipóteses comumente aceites que permitam situá-lo cronologicamente na linha hermenêutica em que se inscreve.

A crítica é quase unânime em considerar que o texto não é de Plutarco³. Ainda que o ataque ao determinismo estoico convide a apontá-lo como autor, as razões para pensar o contrário não parecem deixar espaço para dúvidas: além do fato de retórica e estilisticamente (vocabulário, sintaxe etc.) estar em quase total dissonância com o vasto *corpus* de Plutarco (apud VALGIGLIO 1993: 34-40), há um dado no próprio texto que invalida esta hipótese cronologicamente. Logo no primeiro parágrafo é referido Pisão (a personalidade a quem é dedicado o tratado), que corresponde seguramente a Lúcio Calpúrnio Pisão, cônsul romano em 175 d.C.; portanto cerca de meio-século depois da morte de Plutarco.

A tendência platônica da argumentação (por exemplo, o fato de reduzir o destino à providência) associada a esta data situa o texto algures no médio-platonismo. Quanto ao nome a apontar em concreto, não há quaisquer dados minimamente seguros, mas apenas suposições⁴.

Dito isto, aceito sem quaisquer reservas a designação ‘Pseudo-Plutarco’ como autoria convencional. De resto, para o propósito que nos diz respeito, as poucas certezas (ou hipóteses plausíveis) são suficientes: este tratado é posterior ao de Cícero e anterior aos de Alexandre e Plotino.

3. ESTRUTURA DO ARGUMENTO

À exceção da dedicatória inicial (568B-C), todo o texto transparece uma estruturação concisa e faseada, a ponto de ser relativamente pacífico desenhar a partir dele um esquema

³ E.g. DILLON 1996: 320; SHARPLES 1983: 14; VALGIGLIO 1993: 34-38. As exceções são BABUT (1960: 195) e GERCKE (1886: 277) que evitam os argumentos contrários, atribuindo o tratado à juventude de Plutarco.

⁴ VALGIGLIO (1993: 42) cita uma passagem de Proclo (*In R.* 2.96.10-15) em que são nomeados aqueles que já tinham comentado o mito final da *República* (Numénio, Albino, Gaio, Máximo de Niceia, Arpocrátion, Euclides e Porfírio), argumentando que um deles será o autor do *De fato*, porque também aqui esse mito é comentado (568D-F). Resta explicar por que motivo Plutarco não aparece nesta lista, visto que comenta amplamente esse mito e justamente a propósito do destino em relação com o livre-arbítrio (*Quaest. conu.* 9.2 = 740B-D).

ilustrativo. Antes disso, porém, vejamos quais são as principais linhas de força da tese sobre o destino e o modo como se articulam no argumento.

O postulado inicial e principal (568C) é a distinção entre destino ‘por ato’ (κατ’ ἐνέργειαν) e ‘por substância’ (κατ’ οὐσία). O primeiro (568C-E) é, na sua essência (568F9-10: τίς ἐστίν), o princípio que governa o cosmos, tal como Platão a entendia: a lei de Láquesis do *Fedro* (248c) e da *República* (617d); a determinação entregue pelo demiurgo entregue às divindades menores no *Timeu* (41e). É, no fundo, uma “razão divina inviolável” (568D5: λόγος θεῖος ἀπαράβατος) pela qual se regem os acontecimentos passados, presentes e futuros, funcionando como o referente de necessidade imposto pela divindade durante a criação do mundo — é, por isso, “conforme à natureza do universo” (568D6: ἀκόλουθος τῆ τοῦ παντὸς φύσει).

O destino ‘por substância’ (568E-F) identifica-se com a alma do mundo, a qual se divide em três partes, cada uma das quais equivalente a uma das três Moiras: uma hiperurânia, imóvel e soberana (Cloto); outra celeste e errante (Átropo); e outra terrena (Láquesis). A hierarquia é evidente: no primeiro nível reside (‘estaticamente’) o ponto de referência para todo o acontecer, isto é, aquilo em virtude do qual algo é necessário ou possível; o segundo consiste na aplicação macrocós mica dos princípios encerrados no primeiro e corresponde, pois, ao movimento universal que garante a continuidade ordenada do devir; o terceiro é tão-só a manifestação terrena das directrizes incorporadas nos dois primeiros.

De seguida (568F-570B), passa à descrição do destino ‘por ato’ sob a perspectiva das suas qualidades (568F10: ὅποια δ' ἐστίν). Antes de mais, o destino é infinito no sentido em que se identifica com um processo cíclico e sempre recorrente⁵; não que seja ilimitado ou indeterminado (569A-B). Além disso, esta circularidade eterna tem uma natureza, por um lado, necessária e, por outro, universal: respeita a ordem pré-estabelecida pela parte hiperurânia (Cloto) e determina o devir enquanto macroprocesso (569B-C). A sua relação com a singularidade dos fenómenos (o segundo aspecto da descrição) funciona como a lei política para a sociedade; ou seja, contém (apenas) em potência a globalidade dos casos particulares (569D-570A). Por conseguinte, o destino tem uma natureza condicional, na

⁵ Para exemplificar, o autor cita o passo do *Timeu* sobre o regresso do percurso da identidade cósmica após oito órbitas completas (39d).

medida em que está suposto como antecedente a todas e quaisquer consequências que venham a gerar-se no reino do acontecer (570A-B).

Especial destaque merece a famosa proposição ‘tudo segundo o destino’ (570C-E). Mas, dado que este assunto será abordado em pormenor mais adiante, deixemo-lo para já em suspenso.

Ultrapassada a primeira metade do tratado, o autor passa à análise (570E-574D) da relação que o destino mantém com os outros modos de causalidade (‘o que depende de nós’, acaso, espontâneo e providência) e também com as restantes modalidades que não o necessário (possível e contingente, portanto). O pressuposto é que nem tudo acontece por necessidade (570F), pois só deste modo se poderá conceber a liberdade da e na acção humana e, por conseguinte, a responsabilidade; aspectos que, segundo a linha teórica do autor, são completamente esmagados pelo determinismo dos estoicos e que, por isso, é necessário salvaguardar. No que respeita às modalidades, elas são explicadas através das ferramentas conceptuais do aristotelismo: o possível, que enquanto gênero precede o contingente (570F), consiste na actualização da potencialidade suposta na substância de um ente (571A); o contingente, por sua vez, é a possibilidade enquanto tal de um possível em si e o seu contrário acontecerem (571B, D)⁶. É nesta discussão (570E-571E) que se encaixa ‘o que depende de nós’, na medida em que o contingente lhe está pressuposto como matéria (570F), isto é, que o exercício do livre-arbítrio humano se aplica à contingência presente (571D), porquanto é na possibilidade de dois desfechos contrários não serem contraditórios que reside a escolha. ‘O que de depende de nós’ corresponde, pois, à parte do contingente que acontece no presente e é provocado pela intenção (571E).

Quanto ao acaso, é uma causa, mas apenas accidental, posto que explica aquilo que acontece colateralmente a uma outra finalidade. Por exemplo, o fato de Sócrates não ter sido executado no dia previsto foi obra do acaso, na medida em que o sacerdote que engrinaldou o navio de Delos não tinha por finalidade adiar a execução, mas sim o cumprimento do ritual (571E-572D). Já o espontâneo (572D-E), tem maior extensão do que o acaso, porque engloba tudo aquilo que por natureza tem dois desfechos alternativos e pode não cumprir a finalidade para que estava orientado; por exemplo, o fato de fazer frio na Canícula. O último dos modos

⁶ Note-se em 571B-C a oposição das quatro modalidades (necessário, possível, impossível e contingente) por meio do conceito de contradição. Trata-se, na verdade, de um esboço do quadrado lógico da lógica modal.

de causalidade, o mais decisivo, é a providência (572F-574D); mas adiemos a sua análise até ao §4.

Termina o tratado com um breve cotejo entre a teoria do autor e a estoica que, a avaliar pela última frase, teria tido uma qualquer continuação. Infelizmente, não sobrou a formulação explícita da crítica ao determinismo.

Eis, então, uma possível reconstrução esquemática de todo o argumento:

1. Destino ‘por ato’ segundo a essência: 568C-E
2. Destino ‘por substância’: 568E-F
3. Qualidades do destino ‘por ato’: 568F-570B
 - 3.1. Enquanto determinação infinita (porquanto circular), necessária e universal: 568F-569C
 - 3.2. Relação com o particular: 569D-570A
 - 3.3. Natureza condicional: 570A-B
4. Análise da proposição ‘tudo segundo o destino’: 570C-E
5. O destino ‘por ato’ em relação aos outros modos de causalidade e às modalidades: 570E-574D
 - 5.1. Em relação a possível, contingente e ‘o que depende de nós’: 570E-571E
 - 5.2 Em relação ao acaso e ao espontâneo: 571E-572F
 - 5.3 Em relação à providência: 572F-574D
6. Confronto com a teoria estoica: 574D-F

4. SUPERAÇÃO DO DETERMINISMO ESTOICO

Apesar de a tradição ter estabelecido o contrário, os estoicos esforçavam-se por garantir um espaço à liberdade humana no quadro da sua visão determinista do cosmos. A célebre proposição ‘tudo segundo o destino’ (πάντα καθ’ εἰμαρμένην), formulada no não menos célebre fragmento 975 (*SVF* II), é equacionada com um ‘ato livre conforme à necessidade’ (τὸ αὐτεξούσιον μετὰ τῆς ἀνάγκης). A liberdade do cão (e do homem) consiste em acompanhar o carro (e o destino) que o puxa. Por isso, Crisipo (acima de todos) tenta ‘salvaguardar’ a liberdade e o destino (*SVF* II 991), recusando-se a identificar εἰμαρμένη com

ἐξ ἀνάγκης (*SVF* II 966) e tão-pouco a reconhecer a validade do Argumento Preguiçoso (*SVF* II §7 956-958)⁷.

No entanto, os esforços dos estoicos, e principalmente de Crisipo, não eram suficientes para os representantes das outras escolas filosóficas, principalmente a aristotélica e a platônica. O principal problema tinha que ver com a inevitável contradição que o argumento implicava. Se é livre quem decidir acompanhar o destino, e quem não o acompanhe é arrastado por ele, não há qualquer liberdade, porque o desfecho é sempre o mesmo; independentemente da decisão. A liberdade teria lugar, caso o desfecho fosse diferenciado, isto é, caso dependesse *de fato* da escolha. Como não o é, toda a possibilidade fica reduzida à necessidade, e aplica-se o (inaceitável) Argumento Dominante de Diodoro⁸.

No quadro do aristotelismo, temos o exemplo de Alexandre, que acusa o determinismo (sem referir directamente os estoicos) de entrar em terríveis contradições e paradoxos por tentar salvaguardar simultaneamente o destino e ‘o que depende de nós’ (*Fat.* 182.20[XIV]-sqq.). No caso do platonismo, a ofensiva não se limita à limitação da liberdade humana, posto que também se dirige à ausência de uma divindade responsável por uma cosmologia. Um dos paradigmas desta segunda linha de argumentação anti-estoica é justamente este tratado de Pseudo-Plutarco.

A crítica ao determinismo estoico alicerça-se fundamentalmente em dois pontos: a sobreposição da providência a todos os modos de causalidade; e, por conseguinte, uma interpretação completamente divergente da proposição ‘tudo segundo o destino’. Começemos por este segundo aspecto, mantendo porém presente que depende por completo do primeiro.

O autor do tratado começa por equacionar a proposição ‘tudo segundo o destino’ com uma outra: ‘o que está no destino’ (570C2: τὸ ἐν τῇ εἰμαρμένῃ⁹). Concedendo todavia que esta é verdadeira e que pode ser incluído no destino tudo o que é humano, terreno e celeste, passa de imediato à demonstração de que as duas proposições não podem ser equivalentes.

⁷ Para uma análise mais pormenorizada da rejeição estoica do Argumento Preguiçoso, vide BRENNAN 2005: 270-285.

⁸ Os próprios estoicos tentavam a todo o custo refutar o argumento de Diodoro por não aceitarem a redução do possível ao necessário (*SVF* II 282). No entanto, essa argumentação não satisfazia a crítica contemporânea; Cícero, por exemplo, dizia que a concepção estoica estava na linha da de Diodoro, quer eles quisessem, quer não (*Fat.* 12-16).

⁹ Esta oposição é de matriz platónica. Por exemplo, Albino no *Didaskalikos* diz claramente que ‘tudo está no destino, mas nem tudo acontece segundo o destino’ (26.1.2-3: Πάντα μὲν φησιν ἐν εἰμαρμένῃ εἶναι, οὐ μὴν πάντα καθειμάρθαι). Segundo DILLON (1996: 295-298), esta concepção e a comparação do destino a uma lei (nos mesmos termos que neste tratado de Pseudo-Plutarco) são dois dos atributos fundamentais da concepção médio-platónica do destino.

Só acontece ‘segundo o destino’ o que é consequente, posto que os antecedentes residem na disposição divina prévia (570E); daí que ‘estar incluído em X’ não pode ser sinónimo de ‘acontecer segundo X’. Analogamente, a lei (e o destino é uma forma de lei) engloba a deserção, mas a deserção em si não é ‘segundo a lei’; e, além disso, também não podem ser considerados ‘legais’ os atos de bravura (o oposto da deserção), posto que quem não praticasse estaria na ilegalidade. Quer dizer, tal como a lei não engloba a deserção enquanto tal, desprovida de uma prática em concreto (570D: “o que está fixado pela lei em relação a determinadas ações”), assim o destino não pode englobar nada do que seja antecedente à ação humana, a qual se processa com a colaboração de outras variáveis, tais como a decisão individual. Portanto, ‘segundo o destino’ corresponde apenas ao “que é consequente aos antecedentes da disposição divina” (570E) e não tem um carácter necessário, na medida em que depende de factores circunstanciais.

Essa disposição divina corresponde à providência, tal como aparece explicada nos §§9-10. Divide-se em três tipos:

A primeira e suprema providência é a inteligência do deus primeiro e vontade benfeitora de tudo, de acordo com a qual todas as coisas divinas foram primeiramente ordenadas pelo universo do modo mais excelente e belo. A segunda é a das divindades segundas que viajam pelo céu¹⁰, de acordo com a qual se geram ordenadamente as coisas mortais e tudo quanto está orientado para a permanência e conservação de cada um dos géneros. A terceira pode adequadamente ser considerada providência e previdência dos *daimones* estabelecidos na terra para controlo e supervisão das ações humanas (572F-573A).

Assim, no topo da hierarquia temos a vontade divina enquanto potência primeira de ordenação cósmica. Por isso é citada (573C) bem a propósito a passagem do *Timeu* (29d-30a) em que o demiurgo mais se assemelha ao criador judaico-cristão pelo fato de ser supremo sobre tudo (note-se que as Ideias como arquétipo nunca são citadas por Pseudo-Plutarco) e aparecer como manifestação de uma vontade pura. O agente desta primeira providência irá depois entregar às divindades que criou a lei pela qual se deverá governar o universo criado, bem como as instruções para criar as almas humanas.

Estas entidades (identificadas com os astros), que correspondem à segunda providência (573E), foram geradas conjuntamente com a lei proveniente da vontade criadora, e foi-lhes determinada uma dupla função: criar os humanos de acordo com o plano e manter

¹⁰ Isto é, os astros.

aquela lei em permanente cumprimento, assegurando para tal a racionalidade do movimento macrocósmico de modo a que o universo continuasse orientado para o bem. A este respeito, é também citada uma passagem do *Timeu* (42d-e) que ilustra a transmissão de tarefas por parte do demiurgo para os deuses que criara. Quanto à terceira e última providência (os *daimones*), estava também incluída nesta segunda fase do plano de criação.

Concluindo, a primeira providência criou o destino juntamente com a segunda, e por isso aquela engloba-o, ao passo que a terceira foi criada depois do destino, pelo que é por ele englobada juntamente com os outros modos de causalidade (574A-C). Toda a demonstração assenta no argumento da anterioridade: se A é posterior a B, A é segundo B; ou seja, é ‘segundo’ em sentido ordinal e também formal, enquanto ‘aquele que se segue’. Mas de que modo se articula exactamente a providência com o destino e a liberdade humana, tendo em conta o que foi dito desde o início do texto?

Antes de mais, a conclusão mais evidente do argumento é que tudo pode ser reconduzido à primeira providência, mas isso não implica que tudo quanto aconteça seja directamente causado e explicado por ela. Nesse caso, não haveria qualquer espaço à escolha de uma entre várias alternativas — o possível seria necessário, como em Diodoro — e, por conseguinte, o destino seria apenas a manifestação de um nexos causal entre dois pólos: a primeira providência e a esfera humana. No fundo, seria uma reafirmação do determinismo.

Relembremos o primeiro postulado do tratado: o destino divide-se em ‘por ato’ e ‘por substância’; o primeiro é uma lei divina e o segundo corresponde à alma cósmica. Ora, enquanto substância, a alma do mundo consiste no suporte em que a divindade suprema gravou a sua vontade e, ao mesmo tempo, no órgão que permite executá-la em três níveis diferentes: no primeiro (hiperurânio e imóvel), o referente necessário de todo o acontecer; no segundo (celeste e errante), o processo macrocósmico do devir na sua aplicação de acordo com os princípios encerrados no primeiro; no terceiro, a simples manifestação terrena das determinações superiores. Enquanto lei divina, o destino ‘por ato’ corresponde ao conteúdo da determinação suprema e originária actualizado na e pela estrutura substancial; ou seja, a expressão da vontade divina que fora impressa enquanto potência a actualizar pela alma cósmica.

Quanto à liberdade, ela fica salvaguardada, porque apenas são necessárias as determinações aplicáveis à esfera macrocósmica, como o nascer e o pôr-do-sol (571B); ao passo que os restantes, como o fato de chover ou não, são contingentes. É justamente neste âmbito que entram os restantes modos de causalidade, entre os quais ‘o que depende de nós’, que representa a possibilidade de múltiplos desfechos entre o que é consequente, presente e

contingente. A liberdade humana é possível, porque o destino inclui a possibilidade impressa pela divindade através da abertura da esfera terrena à contingência.

BIBLIOGRAFIA CITADA

Edições

- SIEVEKING, W. et alii (1929), *Plutarchus: Moralia Vol. III*, Leipzig, Teubner.
VALGIGLIO, E. (1993), [*Plutarco*]. *Il Fato*, Napoli, M. D'Auria.

Estudos

- BRENNAN, T. (2005), *The Stoic Life*, Oxford/New York, Oxford University Press.
DILLON, J. (1996), *The Middle Platonists. 80 B.C. to A.D. 220*, Ithaca/New York, Cornell University Press, 2ª ed.
GERCKE, A. (1886), “Eine Platonische Quelle des Neoplatonismus” in *Rheinisches Museum für Philologie*, 41, 266-291.
SHARPLES, R. W. (1983), *Alexander of Aphrodisias. On Fate*, London, Duckworth.

SOBRE O DESTINO¹¹

[568B] Tentarei remeter-te, ó caríssimo Pisão¹², o mais clara e brevemente possível, [C] a minha opinião sobre o destino, visto que tu, não ignorando a reserva que tenho em relação à escrita, a tens em boa conta.

1. Fica pois sabendo em primeiro lugar que ‘destino’ se diz e entende de duas maneiras: por um lado é ‘ato’ e por outro ‘substância’.

Primeiro, em relação a ‘[por] ato’ Platão escreveu o essencial no *Fedro*¹³, quando disse “esta é a lei de Adrasteia¹⁴, segundo a qual <uma alma> que se tenha feito companheira de um deus...”; e no *Timeu*¹⁵: a “lei” que o deus proclamou às almas imortais na natureza do universo; [D] na *República*¹⁶ diz que o destino é “a declaração da virgem Láquesis¹⁷, filha da Necessidade”, emitindo o seu parecer não de um ponto de vista trágico, antes teológico. Se alguém, interpretando estes testemunhos, quisesse esboçá-los de um modo mais acessível, como no *Fedro*, poderia dizer que o destino é uma razão divina inalterável em virtude de uma causa sem constrangimentos; como no *Timeu*, uma lei conforme à natureza do universo, de acordo com a qual se processa o que acontece; <ou ainda como na *República*, uma lei divina de acordo com a qual se articula o que aconteceu, o que acontece e o que acontecerá>. Isto é, de fato, o que Láquesis opera, a verdadeira filha da Necessidade, tal como pressupusemos anteriormente e compreenderemos um pouco [E] melhor adiante nas explicações, conforme a [nossa] disponibilidade. Este é, então, o destino por ato.

2. O destino por substância parece ser a alma universal do mundo, a qual se divide em três: uma parte fixa, outra que se mantém errante, e uma terceira sob o céu que está em torno

¹¹ Para a tradução segui a edição de VALGIGLIO (1993), excepto nalguns casos particulares devidamente assinalados.

¹² Lúcio Calpúrnio Pisão, cônsul romano em 175 d.C.

¹³ 248c.

¹⁴ À letra, Ἀδραστεία significa ‘a que não se pode escapar’ (α + διδράσκω: ‘escapar’). Era um epíteto da Necessidade.

¹⁵ 41e.

¹⁶ 617d.

¹⁷ A segunda das Moiras; três irmãs que, segundo a mitologia tradicional, determinavam o destino. Cada uma tinha uma função específica no tratamento da linha da vida (cf. *Introdução*, p. 1 n. 2); Láquesis (Λάχεσις de λαχάνω: ‘alotar’) atribuía o lote ou a parte que cabia a cada um, medindo a linha.

da terra. Destas, a mais alta chama-se Cloto¹⁸, Átropo¹⁹ a que está depois desta, e a mais baixa Láquesis que recebe das irmãs as ações celestes, as quais articula e transmite para as regiões que administra: as terrestres.

Foi referido em traços gerais o que era necessário dizer acerca [F] do destino por substância. Em jeito de síntese referimos: ação o que é; que é uma determinada quantidade²⁰; as qualidades; o modo como está organizado; e o modo como se relaciona consigo mesmo e também connosco. O outro mito na *República* esclarece adequadamente o que diz respeito aos aspectos particulares, e nós tentamos explicar-to na medida do possível.

3. Mas retomemos a discussão sobre o destino por ato, acerca do qual existem várias questões físicas, éticas e dialécticas. Já foi adequadamente definida a [sua] essência. De seguida devemos referir as qualidades que tem, mesmo que isso pareça absurdo a muita gente.

[569A] Ainda que compreenda (como num círculo) tudo dentre aquilo que é infinito e se gera a partir do infinito para o infinito, o destino não é infinito, mas sim determinado. É que nem uma lei, nem uma razão, nem qualquer coisa divina poderia ser indeterminada. Poderá entender melhor aquilo que digo se perceberes a órbita completa e o tempo total, “quando as velocidades relativas da totalidade das oito órbitas, medidas pelo círculo <do> Mesmo em progressão uniforme, se completam e voltam ao início”, como diz Timeu²¹. Neste instante, que é determinado e [B] observado, tudo aquilo que se constitui no céu e na terra por uma necessidade do alto torna-se novamente no mesmo e será reproduzido do princípio novamente na mesma coisa e do mesmo modo. Então, a disposição única do céu, em tudo organizada em relação a si mesma, à terra e a todas as regiões terrestres, regressará novamente um dia depois de longas órbitas; e as disposições que lhe sucedem e estão ligadas entre si em sequência estarão presentes, trazendo cada uma o que lhes é próprio por necessidade. Mas fique claro que as coisas que se passam agora e nos dizem respeito não acontecem por influências celestes, como sendo causas absolutas do fatatoto de eu escrever [C] neste momento estas coisas deste modo, e de tu fazeres o que fazes e do modo como calha fazeres. Portanto, quando a mesma causa regressar, nós faremos as mesmas coisas do

¹⁸ Cloto (Κλωθώ do verbo homónimo: ‘gitar’), a primeira Moira, fiava a linha da vida.

¹⁹ Átropo (Ἄτροπος do adjectivo homónimo: ‘inexorável’) cortava o fio, isto é, determinava a morte.

²⁰ No sentido em que o destino pode ser quantificável. Trata-se evidentemente das suas três subdivisões que correspondem às partes da alma do mundo.

²¹ Pl. *Ti.* 39d.

mesmo modo e tornar-nos-emos os mesmos, assim como todos os homens. Aquilo que se seguir acontecerá e será feito de acordo com a causa que se segue; e tudo quanto acontece numa só órbita completa será reproduzido do mesmo modo em cada uma das órbitas completas. Torna-se, pois, evidente aquilo que dizíamos: o destino, que de um certo modo é infinito, não é infinito. Quanto ao fato de isto ser um círculo, como foi dito, está adequadamente examinado. Na verdade, como o movimento do círculo e o tempo que o determina são um círculo, pode assim ser estabelecido que o círculo é a razão daquilo que acontece segundo um círculo.

[D] 4. Isto quase esclarece que tipo de qualidade o destino tem, mas não de acordo com as coisas particulares e singulares. Que tipo de coisa é ele então, segundo o mesmo tipo de explicação? Na medida em que se possa comparar, é semelhante à lei política, <que> em primeiro lugar subordina a maioria das coisas, senão todas, a uma condição; e depois engloba, na medida do possível, aquilo que diz respeito à cidade em geral. Devemos agora reexaminar de que qualidade é cada um destes [dois] pontos.

A lei política prescreve por analogia com o valente e o covarde (e do mesmo modo em relação a outras coisas), mas a legalidade não diz respeito a este ou àquele caso em específico. [E] Pelo contrário, [a lei prescreve] normas universais como antecedente e as que derivam destas como consequente. De facto, podemos dizer que é legal honrar aquele que procedeu de forma corajosa e punir aquele que desertou, porque a lei estabelece disposições em potência sobre estes casos. Do mesmo modo, a lei médica e ginástica, por assim dizer, compreende em potência os casos particulares na globalidade; assim como a lei da natureza [prescreve] normas universais como antecedente e outras como consequente [F] para os casos particulares. De um certo modo, também estes entram no destino, porque estão ligados àqueles. Talvez alguém, dentre aqueles que investiga este tipo de assuntos em detalhe, possa dizer o contrário: a antecedência determina os casos particulares, subordinados aos quais existem os universais; e a finalidade é antecedente àquilo que tem uma finalidade²². Mas disto falaremos noutra ocasião.

Que o destino não envolve clara e explicitamente todas as coisas, mas somente as universais, esse postulado, referido nesta altura, [570A] tem lugar na discussão subsequente e também no pouco que já foi dito. Na verdade, o determinado, por ser aparentado à sabedoria

²² A letra: ‘aquilo em virtude do qual’ é antecedente ‘àquilo que é em virtude de algo’.

divina, reconhece-se melhor no universal (e desse tipo são as leis divina e política), ao passo que o infinito se reconhece no particular.

De seguida, reflectamos sobre o que é ‘<o> condicional’, porque também o destino é dessa natureza. ‘Condicional’ é aquilo que não é posto por si mesmo, dizemos, mas está verdadeiramente suposto a outra coisa específica, que é o que significa ‘consequência’. “Esta é a lei de Adrasteia: aquela <alma> que se tenha feito companheira de um deus e contemplado alguma das coisas que são verdadeiramente ficará isenta de dano até à próxima órbita e, se conseguir proceder sempre deste modo, será inocente.”²³ [B] Assim é o condicional e, simultaneamente, o universal. Que o destino é deste tipo resulta evidente a partir da sua própria substância e do seu nome. É chamado *heimarmene* no sentido de conexão; e é lei divina e humana para as consequências serem dispostas para os acontecimentos, à imagem da política.

5. De seguida, devemos examinar também a relação: como o destino se relaciona com a providência, o acaso, ‘o que depende de nós’, o contingente e outras coisas deste tipo. Além disso, distingamos também o que há de [C] verdadeiro e de falso na frase ‘tudo segundo o destino’.

Se ‘o que está no destino’ significa que tudo está contido [no destino], teremos que conceder que é verdadeira. Se quisermos incluir no destino tudo o que é humano, terreno e celeste, que também isto seja concedido por enquanto. No entanto, se ‘segundo o destino’ significa não tudo, mas somente aquilo que dele é consequente, o que a expressão claramente implica, não podemos dizer que tudo acontece segundo o destino nem que tudo possa estar no destino. De fato, nem tudo o que a lei envolve é legal nem segundo a lei; ela engloba traição, deserção, [D] adultério e outras coisas deste tipo, das quais nenhuma pode ser chamada ‘legal’, posto que eu não posso chamar ‘legal’ a um ato de bravura, um tiranicídio ou qualquer feito nobre. O ‘legal’ é as prescrições da lei²⁴. Se a lei prescrevesse isto, como não a desobedeceriam e não estariam na ilegalidade aqueles que não praticassem atos de bravura, tiranicídios e outros feitos nobres deste tipo? E, se eles estiverem na ilegalidade, como não é justo puni-los? Se isto não tem razão de ser, devemos classificar de ‘legais’ e ‘segundo a lei’ apenas o que está fixado pela lei em relação a determinadas ações; e de ‘destinados’ e

²³ Pl. *Phdr.* 248c.

²⁴ Cf. Pl. *R.* 359a; Ar. *EN V.1*, 1129b13.

‘segundo o destino’ [E] apenas o que é conseqüente aos antecedentes da disposição divina. É nesta medida que o destino engloba tudo o que acontece; porém, não é correcto dizer ‘segundo o destino’ a propósito de muito do que nele está contido e, em suma, tudo quanto seja antecedente.

6. Estabelecidas assim as coisas, devemos em seguida dizer de que modo ‘o que depende de nós’, o acaso, o possível, o contingente e seus congêneres, colocados nos antecedentes, podem preservar-se a si mesmos e preservar o destino. Na verdade, o destino, [F] segundo parece, envolve todas as coisas; mas estas não acontecem necessariamente, antes cada uma delas por sua própria natureza.

Está por natureza estabelecido que o possível preceda como gênero o contingente, o contingente esteja pressuposto como matéria ao ‘que depende de nós’ e que ‘o que depende de nós’ sirva de soberano ao contingente; por último, o acaso intervém no ‘que depende de nós’ graças à inclinação do contingente para uma de duas direcções. Poderás compreender claramente o que digo se considerares que nada do que acontece, [571A] nem mesmo o próprio acontecer existe sem uma potência, e uma potência não existe sem uma substância. Por exemplo, nem a geração de um homem nem o que [dele] é gerado existe sem uma potência; esta diz respeito ao homem, e a substância é o homem. Em virtude de a potência estar no meio, a substância torna-se potencial, o acontecer e o que acontece tornam-se ambos possíveis. Destes três — potência, potencial e possível —, o potencial está pressuposto como substância à potência, e a potência precede o possível. O [conceito de] possível torna-se claro também deste modo: em traços gerais, é [definido] de uma forma mais comum como ‘aquilo que por natureza acontece de acordo com a potência’; ou a mesma coisa, mas de uma forma mais apropriada: ‘aquilo que [acontece] desde que nada externo interfira antes do [seu] acontecer’.

[B] Das coisas possíveis, algumas não poderiam ser nunca impedidas, como o que acontece no céu, isto é, o nascer e o pôr-do-sol e outros fenómenos parecidos. Outras podem ser impedidas, como muitos dos eventos humanos e meteorológicos. As da primeira categoria, como acontecem por necessidade, são chamadas necessárias; as da segunda, como admitem o seu contrário, são contingentes. Podem definir-se também deste modo: o necessário é o possível em contradição com o impossível; o contingente é o possível cujo contraditório é também [C] possível. Na verdade, o fato de o Sol se pôr é simultaneamente necessário e possível; o fato de não se pôr é contraditório e impossível. No entanto, depois de

o Sol se ter posto, o fato de chover <ou não chover> é em ambos os casos possível e contingente.

Novamente em relação ao contingente, uma parte verifica-se muitas vezes, outra poucas, outra em igual medida, e outra indiferentemente. É claro que a primeira e a segunda — a que acontece muitas vezes e a que acontece poucas — se contradizem mutuamente e na maioria das vezes dependem da natureza; mas a que acontece em igual medida depende de nós. Na verdade, o fato de na Canícula fazer frio ou calor (<das duas>, uma verifica-se mais vezes e a outra menos) depende em ambos os casos da natureza; mas o fato de passear **[D]** ou não, bem como todas as coisas deste tipo, das quais uma e outra dependem da escolha humana, isso aplica-se ao ‘depende de nós’ e é segundo a [nossa] decisão. ‘O que depende de nós’ tem mais que ver com o gênero, e dele existem duas espécies: a da paixão, ímpeto ou desejo, e a do raciocínio ou pensamento, a qual se <pode> chama<r> ‘segundo a [nossa] decisão’. Não tem lógica chamar-se ‘possível’ e ‘contingente’ àquilo que é segundo a [nossa] escolha e que depende de nós; não é a mesma coisa dita de outro modo. Em rigor, deve falar-se de ‘possível’ e ‘contingente’ em relação ao futuro e de ‘o que depende de nós’ e ‘segundo a nossa escolha’ em relação ao presente. Poderiam definir-se do seguinte modo: o contingente é o <possível>, tanto ele mesmo, como o seu contraditório; ‘o que depende de nós’ é, por outro lado, **[E]** uma das duas partes do contingente — aquilo que está já a acontecer segundo a nossa intenção.

Está satisfatoriamente explicado por que motivo o possível é por natureza anterior ao contingente, o contingente precede ‘o que depende de nós’, quais as qualidades de cada um, a origem da designação e os aspectos acessórios.

7. Falemos agora do que diz respeito ao acaso, ao espontâneo e ao que há para ser considerado juntamente com estes.

O acaso é de fato uma certa causa. Dentre as causas, algumas são por si mesmas e outras são por acidente. Por exemplo, a causa por si mesma de uma casa ou de uma embarcação é a construção de casas ou de embarcações; a causa por acidente é **[F]** a música ou a geometria e tudo aquilo que se relaciona acidentalmente com a construção de casas ou de embarcações (a forma²⁵), quer em relação ao corpo, à alma, quer a outra coisa externa. Por

²⁵ Em *Metaph.* XII 4, 1070b34, Aristóteles equipara a arte de construir casas à forma da casa (οἰκίας εἶδος ἢ οἰκοδομική).

isso é também claro que o ‘por si mesmo’ é determinado e uno, e que ‘o por acidente’ [572A] não é uno e é indeterminado; pois existem no uno muitos [acidentes], mesmo infinitos, que diferem em absoluto entre si.

Quando ‘o que é por acidente’ se encontra não só no ‘que acontece com uma finalidade’, mas também no que envolve decisão, a isso chama-se ‘fruto do acaso’. Por exemplo, descobrir ouro quando se cava um buraco para plantar uma árvore; sofrer ou fazer qualquer coisa de invulgar quando se foge ou persegue [alguém], quando se caminha por qualquer outro motivo ou tão-só quando se muda de direcção não em função da finalidade (aquilo que ocorre), mas por causa de qualquer outra coisa. Por isso, alguns dos antigos definiam o acaso como “causa imprevisível e indiscernível pela razão humana”²⁶. Segundo os [seguidores] de Platão, que chegaram [B] mais perto da sua razão de ser, o acaso define-se do seguinte modo: “causa por acidente do que acontece em função da finalidade e segundo decisão”²⁷; acrescentam ainda que é imprevisível e indiscernível pela razão humana. Então, de acordo com este [postulado], também o raro e o inesperado comparecem no ‘por acidente’. Se não a partir do que dissemos agora, isto torna-se muito claro a partir de uma passagem do *Fédon*, na qual está escrito o seguinte:

[Fédon]: Quanto ao julgamento, não estão informados do modo como decorreu?

[Equécrates]: Sim; disso houve quem nos desse notícia. Até nos admirámos que, tendo sido há tanto [C] tempo, a execução fosse tão tarde. Porque assim foi, Fédon?

[Fédon]: Aconteceu-lhe um certo acaso, Equécrates: calhou que no dia anterior ao julgamento fosse engrinaldada a popa do navio — aquele que os Atenienses enviam a Delos.

Nesta passagem, não devemos entender ‘*synebé*’ como equivalente ‘*gegonen*’, mas muito mais como o que lhe sobreveio a partir de uma certa concorrência de causas, cada uma delas sendo produzida em função de outra coisa. É que o sacerdote engrinaldou o navio por causa de outra coisa e não por causa de Sócrates; e, por outro lado, os juízes condenaram-no

²⁶ Esta formulação não aparece em nenhum texto anterior ou posterior.

²⁷ Na verdade, o postulado é aristotélico (*Ph.* II 5, 197a5-6: ἡ τύχη αἰτία κατὰ συμβεβηκὸς ἐν τοῖς κατὰ προαίρεσιν τῶν ἕνεκά του). A atribuição terá que ver com o facto de Aristóteles nesta altura ser considerado um platónico.

por outro motivo. Mas o acontecimento foi inesperado e de tal natureza que parecia ter sido provocado por alguma providência humana ou outra [D] ainda superior. Isto é suficiente sobre o acaso.

Vejamos de seguida o que necessariamente está pressuposto [ao acaso] [...] ²⁸ O espontâneo é mais extenso do que o acaso, visto que engloba não só este, como também muito do que por natureza ocorre ora de um modo, ora doutro. A isto chama-se ‘espontâneo’ e, de acordo com a designação, é aquilo que por natureza acontece em virtude de outra finalidade, visto que atinge esta e não a que estava naturalmente prevista; por exemplo, o frio que surge na Canícula. A dado momento, o frio não surge em vão nem [...] ²⁹ Em suma, tal como ‘o que depende de nós’ é parte do contingente, assim o acaso é parte do [E] espontâneo. Cada um deles é um acontecimento fortuito do outro: o espontâneo do contingente e o acaso do ‘que depende de nós’ — não de tudo, mas [apenas] daquilo que acontece segundo a escolha, como se disse. Por isso, o espontâneo é comum aos seres animados e inanimados, ao passo que o acaso é próprio do homem que pode agir. É prova disto o fato de [as expressões] ‘ser afortunado’ ³⁰ e ‘ser feliz’ serem dizer a mesma coisa. A felicidade é uma espécie de sucesso, e o sucesso diz respeito somente ao homem completo.

8. Estas são, pois, as coisas contidas no destino: o contingente e o possível, a escolha e ‘o que depende de nós’, o acaso e o espontâneo, bem como outras que lhes estão adstritas, [F] entre as quais [se contam] também [as expressões] ‘provavelmente’ e ‘talvez’. O destino engloba tudo isto, mas nada disto é ‘segundo o destino’. Resta falar também sobre a providência; como ela engloba até o destino.

9. A primeira e suprema providência é a inteligência do deus primeiro e vontade benfeitora de tudo, de acordo com a qual todas as coisas divinas foram primeiramente ordenadas pelo universo do modo mais excelente e belo. A segunda é a das divindades [573A] segundas que viajam pelo céu ³¹, de acordo com a qual se geram ordenadamente as coisas mortais e tudo quanto está orientado para a permanência e conservação de cada um dos

²⁸ Neste ponto, o texto apresenta uma breve lacuna. Várias são as propostas de reconstituição, mas nenhuma delas faz qualquer sentido.

²⁹ Para esta lacuna não há quaisquer propostas de reconstituição.

³⁰ τὸ εὐτυχεῖν. A letra, ‘ter um acaso favorável’. O termo τύχη foi vertido para *fortuna* em Latim, que significava tanto boa, como má sorte. Atualmente, ‘fortuna’ tem uma acepção quase exclusivamente positiva, razão pela qual prefiro a versão ‘acaso’.

³¹ Isto é, os astros.

gêneros. A terceira pode adequadamente ser considerada providência e previdência dos *daimones* estabelecidos na terra para controle e supervisão das ações humanas. Analisada esta tripla providência, sendo que é à primeira que cabe a designação de modo mais apropriado e absoluto, não hesitaremos dizer, mesmo se parecermos contradizer alguns filósofos, que tudo <o que> acontece segundo o destino acontece também segundo a providência; mas não o contrário. Porém, algumas coisas **[B]** acontecem segundo a providência, uma ou outra, e algumas segundo o destino. O destino está absolutamente subordinado à providência, mas de modo nenhum a providência está subordinada ao destino (note-se que esta explicação diz respeito à primeira e suprema [providência]). Na verdade, o que acontece segundo alguma coisa é posterior àquilo segundo o qual se diz que acontece; por exemplo, o que acontece segundo a lei [é posterior] à lei, e o que acontece segundo a natureza [é posterior] à natureza, assim como o que acontece segundo o destino deve ser mais recente do que o destino. Ora, a providência suprema é a mais antiga de todas as coisas, exceto aquele de que é vontade ou inteligência ou ambas, isto é, como se disse anteriormente, o ‘pai e criador de todas as coisas’³². Diz Timeu:

[C] Digamos, pois, por que motivo aquele que constituiu o devir e o mundo os constituiu. Ele era bom, e no que é bom jamais nasce inveja de qualquer espécie. Porque estava livre de inveja, quis que tudo fosse o mais semelhante a si possível. Quem aceitar de homens sensatos que esta é a origem mais válida do devir e do mundo estará a aceitar o raciocínio mais acertado. Na verdade, o deus quis que todas as coisas fossem boas e que, no que estivesse à medida do seu poder, não existisse nada imperfeito. Deste modo, pegando em tudo quanto havia de visível, que não estava em repouso, mas se movia irregular e desordenadamente, da desordem tudo conduziu a uma ordem por achar que esta é sem dúvida melhor do que aquela. Com efeito, a ele, sendo supremo, foi e é de justiça que outra coisa não faça senão o mais belo³³.

[D] Devemos considerar que isto e tudo quanto se segue até [à explicação] das almas humanas o constituiu a primeira providência. A partir deste ponto, diz o seguinte:

Depois de ter constituído o todo, dividiu-o em número de almas igual ao de astros e atribuiu uma a cada um. Fazendo-as embarcar como num carro, mostrou-lhes a natureza do universo e deu-lhes a conhecer as leis que lhes estavam destinadas³⁴.

³² Pl. *Ti.* 28c, 41e.

³³ Pl. *Ti.* 29d-30a.

³⁴ Pl. *Ti.* 41d-e.

Quem poderá considerar que estas [palavras] não mostram de modo absolutamente explícito e claro que o destino é como uma espécie de suporte e legislação política adequada às almas humanas, da qual posteriormente apresenta a causa?

A segunda providência é indicada do seguinte [E] modo:

Depois de lhes ter dado todas as prescrições, para que não fosse responsável pelo mal que pudesse existir entre elas, semeou algumas na terra e outras na Lua, e ainda outras nos restantes instrumentos do tempo. Depois da sementeira, concedeu aos jovens deuses a tarefa de formar os corpos mortais, e de adicionar o que restava e era necessário à alma humana; e, depois de terem completado tudo quanto restava fazer, concedeu-lhes a tarefa de [F] governá-la, na medida do possível, para que orientassem este ser-vivo mortal da forma melhor e mais bela, de modo a que não fosse a causa dos seus próprios males³⁵.

De fato, com estas [palavras], “para que não fosse responsável pelo mal que pudesse existir entre elas”, assinalou de um modo absolutamente claro a causa do destino. Portanto, a ordenação e criação das jovens divindades indica a segunda providência.

Também parece estar de algum modo implicada a terceira [providência], se o estabelecimento da lei divina foi em virtude “de que não fosse a causa dos seus próprios males”. O deus isento de mal não poderia ter necessidade de leis nem de destino, antes cada uma [das jovens divindades], levada pela providência do seu criador, desempenhou o papel [574A] dele. <Que> este [postulado] seja verdadeiro e aceite em Platão parece-me a mim estar claro e provado nas *Leis*, quando o legislador diz o seguinte:

Se alguém um dia nascesse por determinação divina, fosse suficiente por natureza e capaz de compreender isto, não teria necessidade de leis que o governassem. Nenhuma lei nem nenhuma ordenação são superiores ao saber; nem é de justiça que o intelecto seja súbdito ou escravo, antes que governe sobre tudo, se de fato é autêntico e livre por natureza³⁶.

³⁵ Pl. *Ti.* 42d-e.

³⁶ 875c-d.

10. Isto é o que eu interpreto **[B]** nesta frase de Platão³⁷. Sendo a providência de fato tripla, a primeira gerou o destino e, de um certo modo, engloba-o; a segunda, gerada juntamente com o destino, está completamente compreendida na primeira; a terceira, gerada posteriormente ao destino, está por isso envolvida por ele, tal como estão ‘o que depende de nós’ e o acaso, conforme foi referido. É que “os que o poder do auxílio de um *daimon* assiste”, como diz Sócrates quando praticamente relata a Téages uma certa lei divina (tal a de Atrasteia), “são aqueles que também tu conheces; é que eles progredem rápida e imediatamente”³⁸. Nesta passagem, a colaboração do **[C]** *daimonion* com certos indivíduos deve ser entendida como ‘segundo a terceira providência’, enquanto que o ‘progredir rápida e imediatamente’ é ‘segundo o destino’. Em suma, não é obscuro que também isto seja uma certa forma de destino.

Talvez possa parecer muito mais plausível que também a segunda providência é englobada pelo destino, bem como absolutamente tudo o que acontece, se o destino por substância foi por nós corretamente dividido em três partes e se o argumento do encadeamento estabelece as órbitas celestes no grupo das coisas que acontecem de uma condição. Porém, eu **[D]** não me <quero> alongar muito nestes assuntos — se são chamados ‘de uma condição’ ou se, com mais probabilidade, ‘com o destino’, sendo o destinado a causa primordial do próprio destino.

11. A nossa teoria pode pois expor-se deste modo nos seus aspectos principais. Por outro lado, a [teoria] oposta não só dispõe tudo no destino, como também segundo o destino. Tudo está de acordo com o primeiro [princípio]; e o que está de acordo com o segundo é claro que também está com o primeiro.

Portanto, segundo esta teoria aqui, referiu-se <em primeiro lugar> o contingente; em segundo ‘o que depende de nós’; em terceiro, o acaso, o espontâneo e tudo quanto está de acordo com estes; **[E]** em quarto, o elogio, a censura e aquilo que lhes é congénere; em quinto e também último, as preces dirigidas aos deuses e os serviços religiosos. De acordo

³⁷ Nesta primeira frase do §10 sigo a lição de SIEVEKING († ταύτη τῆ παροιμίᾳ), registada em vários manuscritos e gramaticalmente correcta. A alteração proposta por VALGIGLIO (τοιαῦτ’ ἢ παρόμοια) sugere um sentido que, além de discutível, assenta numa sintaxe bastante obscura: sendo τοιαῦτ’ ἢ παρόμοια objecto de λαμβάνω, a tradução seria ‘retiro tais [conclusões] ou semelhanças’. No entanto, o autor traduz por “Tale, piú o meno, è la dottrina che apprendo da Platone”; isto exigiria uma construção relativa (oracional ou com participio) que a frase de fato não tem.

³⁸ [Pl.] *Thg.* 129e.

com esta teoria, os argumentos chamados ‘preguiçosos’, ‘arrasadores’ e o ‘contra o destino’ são, em boa verdade, sofismas.

Mas segundo a doutrina contrária³⁹, poderia parecer ser absoluto e primeiro o [postulado] segundo o qual nada acontece sem uma causa e tudo está de acordo com as causas antecedentes⁴⁰. Em segundo lugar, [defende] que o mundo conspirante e simpatético consigo mesmo é mantido pela natureza⁴¹. Em terceiro, [vem] o que parece ser as provas daqueles: primeiro a divinação, reputada por todos os homens como verdadeiramente <co-> pertencente a deus⁴²; segundo, a complacência [F] dos sábios perante os acontecimentos⁴³, como se tudo acontecesse segundo uma determinação; e em terceiro, o famoso [postulado], segundo o qual toda proposição é ou verdadeira, ou falsa⁴⁴.

Recordámos tudo isto, para que brevemente se esclarecesse os aspectos principais do destino, os quais devem ser investigados por um exame rigoroso das duas teorias contrárias. Passamos de seguida aos aspectos particulares destas [questões].

³⁹ Isto é, a doutrina estóica. Até ao final deste parágrafo serão elencadas as principais teses desta corrente filosófica que sustentam a tese determinista e prescrevem a conduta humana perante ela (vide infra nn. 30-34).

⁴⁰ O cosmos está submetido a uma organização interna (διοίκησις) consumada num entrelaçamento de causas (συμπλοκή αἰτιῶν), de tal forma que cada acontecimento é provocado e explicado pela causa imediatamente anterior (vide *SVF* II §5 945-951).

⁴¹ Entre os Estóicos, a entidade que governa o cosmos varia entre a natureza (*SVF* III 336), a providência (*SVF* III 657), o destino (*SVF* II 1005) ou mesmo a colaboração entre vários (*SVF* II 913). Em todo o caso, a concepção é tendencialmente naturalista, pelo que, por exemplo, o conceito estóico de ‘providência’ (πρόνοια) tem um alcance completamente distinto do dos platónicos.

⁴² Não só o entrelaçamento das causas em que consiste o destino está pré-determinado, como também se pode conhecer com antecipação pela divinação (*SVF* II 941, 944).

⁴³ Famoso postulado de que, perante a inevitabilidade do destino, resta ao sábio aceitar complacientemente tudo o que acontece (Sen. *Ep.* 96.1).

⁴⁴ Era neste ponto que os Estóicos mais se aproximavam de Diodoro. Cf. *Introdução*, p. 6 n. 11.

ΠΕΡΙ ΕΙΜΑΡΜΕΝΗΣ

(568B) Τὰ περὶ τῆς εἰμαρμένης δοκοῦνθ' ἡμῖν ὡς οἶόν τε σαφῶς (568C) καὶ συντόμως πειράσομαι ἐπιστεῖλαί σοι, φίλτατε Πείσων, ἐπειδὴ σὺ τοῦτ' ἠξίωσας οὐκ ἀγνοῶν ἦν ἔχω πρὸς τὸ γράφειν εὐλάβειαν.

Πρῶτον τοίνυν ἴσθι, ὅτι εἰμαρμένη διχῶς καὶ λέγεται καὶ νοεῖται· ἡ μὲν γὰρ ἐστὶν ἐνέργεια ἢ δ' οὐσία. πρῶτον μὲν οὖν ἐνέργειαν τύπῳ ὑπέγραψεν ὁ Πλάτων ἐν τε τῷ Φαίδρῳ (248c) λέγων 'θεσμός τε Ἀδραστείας ὅδε, ἥτις ἂν <ψυχὴ> θεῶ ζυνοπαδὸς γενομένη ...' ἐν τε τῷ Τιμαίῳ (41e) 'νόμους' οὐς ἐπὶ τῇ τοῦ παντὸς φύσει ὁ θεὸς εἶπε ταῖς ἀθανάτοις ψυχαῖς· ἐν δὲ τῇ Πολιτείᾳ (617d) (568.D) 'Ἀνάγκης θυγατρὸς κόρης Λαχέσεως λόγον' φησὶν εἶναι τὴν εἰμαρμένην, οὐ τραγικῶς ἀλλὰ θεολογικῶς τὸ ἀρέσκον αὐτῷ ἀποφαινόμενος. εἰ δὲ κοινότερον ἐθέλοι τις ταῦτα μεταλαβὼν ὑπογράψαι, ὡς μὲν ἐν Φαίδρῳ, λέγοιτ' ἂν ἡ εἰμαρμένη λόγος θεῖος ἀπαράβατος δι' αἰτίαν ἀνεμπόδιστον, ὡς δ' ἐν τῷ Τιμαίῳ, νόμος ἀκόλουθος τῇ τοῦ παντὸς φύσει, καθ' ὃν διεξάγεται τὰ γινόμενα *** τοῦτο γὰρ ἡ Λάχεσις ἐργάζεται, ἡ τῆς Ἀνάγκης ἀληθῶς θυγάτηρ, ὡς καὶ πρότερον παρελάβομεν καὶ ὕστερον ἔτι μᾶλλον εἰσόμεθ' ἐν τοῖς (568 E) κατὰ σχολὴν λόγοις. ἦδε μὲν οὖν ἡ κατ' ἐνέργειαν εἰμαρμένη, ἡ <δὲ> κατ' οὐσίαν ἔοικεν εἶναι σύμπασ' ἡ τοῦ κόσμου ψυχὴ τριχῆ διανεμηθεῖσα, εἰς τε τὴν ἀπλανῆ μοῖραν καὶ εἰς τὴν πλανᾶσθαι νομιζομένην καὶ τρίτην [εἰς] τὴν ὑπουράνιον τὴν περὶ γῆν ὑπάρχουσαν· ὧν ἡ μὲν ἀνωτάτω Κλωθῶ προσαγορεύεται, ἡ δὲ μετ' αὐτὴν Ἄτροπος, ἡ κατωτάτω δ' αὖ Λάχεσις, δεχομένη μὲν τὰς οὐρανίας τῶν ἀδελφῶν ἐνεργείας, συμπλέκουσα δὲ καὶ διαδιδούσα ταύτας εἰς τὰ ὑπ' αὐτῇ τεταγμένα τὰ ἐπίγεια. δυνάμει μὲν οὖν εἴρηται, ὅποια χρὴ λέγεσθαι περὶ τῆς κατ' οὐσίαν (568 F) εἰμαρμένης· καὶ γὰρ ἥτις ἐστὶ καὶ πόση τις καὶ ὅποια καὶ ὅπως τέτακται καὶ ὅπως ἔχει αὐτὴ τε πρὸς ἑαυτὴν καὶ δὴ καὶ πρὸς ἡμᾶς, ὡς ἐν ἐπιτομῇ εἴρηται· τὰ δὲ καθ' ἕκαστα περὶ τούτων ὁ ἕτερος μῦθος ὁ ἐν τῇ Πολιτείᾳ μετρίως αἰνίττεται, καὶ ἡμεῖς εἰς δυνάμιν σοι ταῦτ' ἐπειράθημεν ἐξηγήσασθαι.

Πάλιν γε μὴν τὴν κατ' ἐνέργειαν εἰμαρμένην ἀναλαβόντες λέγωμεν· περὶ γὰρ ταύτην τὰ πολλὰ ζητήματα φυσικά τε καὶ ἠθικά καὶ διαλεκτικά τυγχάνει ὄντα. τίς μὲν οὖν ἐστὶν, ἐπεικῶς ἀφώρισται· ὅποια δ' ἐστίν, ἐξῆς (569 A) ῥητέον, εἰ καὶ πολλοῖς ἄτοπον φαίνεται. ἀπείρων γὰρ ἐξ ἀπείρου καὶ εἰς ἄπειρον <όντων> τῶν γινομένων τὰ πάντα περιβαλοῦσ' ἐν κύκλῳ ἡ εἰμαρμένη οὐκ ἄπειρος ἀλλὰ πεπερασμένη ἐστίν· οὔτε γὰρ νόμος οὔτε λόγος οὔτε τι θεῖον ἄπειρον ἂν εἴη. ἔτι δ' ἂν μάθοις τὸ λεγόμενον νοήσας τὴν τε ὅλην περίοδον καὶ τὸν σύμπαντα χρόνον, ὅταν τῶν ὀκτὼ περιόδων' ὡς φησὶν ὁ Τίμαιος (39d) 'τὰ πρὸς ἄλληλα

συμπερανθέντα τάχη σχῆ κεφαλῆν, τῷ <τουῦ> ταυτοῦ καὶ ὁμοίως ἰόντος ἀναμετρηθέντα κύκλω. ἐν γὰρ τούτῳ τῷ χρόνῳ ὠρισμένῳ τ' ὄντι καὶ θεωρουμένῳ πάνθ' (**569 B**) ὅσα τε κατ' οὐρανὸν ἅ τ' ἐπὶ τὴν γῆν ἐξ ἀνάγκης ἄνωθεν συνίσταται, πάλιν μὲν εἰς τὸ αὐτὸ καταστήσεται, πάλιν δ' ἐξ ἀρχῆς ὅλα κατὰ τὰ αὐτὰ ὡσαύτως ἀποδοθήσεται. μόνη γοῦν ἢ κατ' οὐρανὸν σχέσις αὐτῆ τε πρὸς ἑαυτὴν κατὰ πάντα τεταγμένη πρὸς τε τὴν γῆν καὶ πρὸς τὰ ἐπίγεια πάντα διὰ μακρῶν περιόδων πάλιν ἐπανήξει ποτέ· αἶ τε μετ' αὐτὴν ἐφεξῆς καὶ [ἐχόμενα ἀλλήλαις] ἐχομένως παρέσονται, ἐκάστη τὰ αὐτῆς ἐξ ἀνάγκης φέρουσαι. ἔστω δὲ πρὸς τὸ σαφὲς τῶν περὶ ἡμᾶς νῦν ὄντων, ὅτι οὐ συμβαίνει ἀπὸ τῶν οὐρανίων ὡς πάντων αἰτιῶν ὄντων καὶ (**569 C**) τὸ ἐμὲ γράφειν νυνὶ τάδε καὶ ὠδὶ σέ τε πράττειν ἄπερ καὶ ὅπως τυγχάνεις πράττων· ἢ πάλιν τοίνυν ἐπειδὴν ἢ αὐτῆ ἀφίκηται αἰτία, τὰ αὐτὰ καὶ ὡσαύτως οἱ αὐτοὶ γενόμενοι πράξομεν, οὕτω δὲ καὶ πάντες ἄνθρωποι· καὶ τά θ' ἐξῆς κατὰ τὴν ἐξῆς αἰτίαν γενήσεται καὶπραχθήσεται, καὶ πάνθ' ὅσα <καὶ> κατὰ μίαν τὴν ὅλην περίοδον καὶ καθ' ἐκάστην τῶν ὅλων, ὡσαύτως ἀποδοθήσεται. φανερὸν τοίνυν ἤδη ὃ τι ἔφαμεν, τὴν εἰμαρμένην ἄπειρον τρόπον τινὰ οὕσαν μὴ ἄπειρον εἶναι, καὶ τό γε ῥηθέν, ὅτι κύκλος τίς ἐστι, μετρίως που κατῶπται· ὡς γὰρ καὶ ἢ τοῦ κύκλου κίνησις ὃ τε ταύτην παραμετρῶν χρόνος κύκλος τίς ἐστιν, οὕτω καὶ τῶν κατὰ κύκλον γινομένων ὁ λόγος κύκλος ἂν νομισθεῖη.

(569D) Σχεδὸν μὲν οὖν καὶ τοῦτο δηλοῖ, ὁποῖόν τι τυγχάνει ἢ εἰμαρμένη, πλὴν οὐχ ἢ γε κατὰ μέρος οὐδ' ἢ καθ' ἕκαστα. ποία τις οὖν καὶ ἦδε κατ' αὐτὸ δὴ τὸ εἶδος τοῦ λόγου; ἔστι τοίνυν, ὡς ἂν τις εἰκάσαι, οἷος ὁ πολιτικὸς νόμος, <ὅς> πρῶτον μὲν τὰ πλεῖστα, εἰ καὶ μὴ πάντα, ἐξ ὑποθέσεως προστάττει, ἔπειτα μὴν καθόλου τὰ πόλει προσήκοντα εἰς δύναμιν περιλαμβάνει. πάλιν δὴ τούτων ἐκάτερον ὁποῖόν τί ἐστι, σκεπτέον. ἀκολουθῶς τοίνυν ὁ πολιτικὸς νόμος περὶ τ' ἀριστεύου καὶ λιποτάκτου διαλέγεται καὶ περὶ τῶν ἄλλων ὡσαύτως, ἀλλ' οὐ περὶ τοῦδ' ἢ τοῦδ' <ἢ> νόμιμόν ἐστιν, ἀλλὰ τὰ μὲν καθόλου (**569E**) προηγουμένως, τὰ δ' ὑποπίπτοντα τούτοις ἐπομένως. καὶ γὰρ τὸ τιμῆσαι τόνδε τινὰ ἠριστευκότα καὶ τὸ κολάσαι τόνδε τινὰ λιποτακτήσαντα νόμιμον ἂν φήσαιμεν, ὡς δυνάμει καὶ περὶ τούτων διατεταγμένου τοῦ νόμου, ὃν τρόπον ὁ ἰατρικὸς καὶ ὁ γυμναστικὸς ὡς εἰπεῖν νόμος δυνάμει τὰ καθ' ἕκαστα τοῖς ὅλοις συμπεριλαμβάνει· οὕτω δὲ καὶ ὁ τῆς φύσεως νόμος τὰ μὲν καθόλου προηγουμένως, τὰ δὲ καθ' (**569F**) ἕκαστα ἐπομένως. ἔστι θ' εἰμαρμένα τρόπον τινὰ καὶ ταῦτα, ὄντ' ἐκείνοις συνειμαρμένα. τάχα δ' ἂν τις τῶν ἄγαν ἀκριβολογουμένων τὰ τοιαῦτα καὶ τοῦναντίον φαίη προηγούμενα συντετάχθαι τὰ καθ' ἕκαστα, εἶναί τε τούτων ἔνεκα καὶ τὸ καθόλου, προηγεῖσθαι δὲ τῶν ἔνεκά του τὸ οὐ ἔνεκα. ἀλλὰ περὶ μὲν τούτων ἐν ἄλλοις σκεπτέον· ὅτι δ' οὐ πάντα καθαρῶς οὐδὲ διαρρήδην ἢ εἰμαρμένη περιέχει ἀλλ' ὅσα

καθόλου, τοῦτο δὴ ἐν τῷ παρόντι ρηθὲν πρὸς τε τὸν ἐξῆς λόγον καὶ τὸν ὀλίγον ἔμπροσθεν χώραν ἔχει. |

(570A) τὸ μὲν γὰρ ὠρισμένον οἰκεῖον τῇ θεῖα φρονήσει ἐν τῷ καθόλου μᾶλλον θεωρεῖται (τοιούτος μέντοι γε ὁ θεῖος νόμος καὶ ὁ πολιτικός), τὸ δ' ἄπειρον ἐν τῷ καθ' ἕκαστα. μετὰ δὴ ταῦτα, οἷον μὲν ἐστὶ <τὸ> ἐξ ὑποθέσεως, ὅτι δὲ τοιοῦτον καὶ ἡ εἰμαρμένη, ὀρίζεσθω. ἐξ ὑποθέσεως δὴ ἔφαμεν τὸ μὴ καθ' ἑαυτὸ τιθέμενον, ἀλλὰ πῶς ἐτέρῳ τινὶ ὡς ἀληθῶς ὑποτεθέν, ὅποσα ἀκολουθίαν σημαίνει. ἴθεσμός τε Ἀδραστείας ὄδε· ἦτις ἂν ψυχὴ συνοπαδὸς γενομένη κατίδη τι τῶν ἀληθῶν, μέχρι τῆς ἐτέρας περιόδου εἶναι ἀπήμονα· κὰν αἰεὶ δύνηται τοῦτο ποιεῖν, <αἰεὶ> **(570B)** ἀβλαβῆ εἶναι' (Plat. Phaedr. 248c). τοιοῦτον μὲν δὴ τὸ ἐξ ὑποθέσεως ἅμα καὶ καθόλου. ὅτι δὲ καὶ ἡ εἰμαρμένη τοιοῦτον τυγχάνει ὄν, ἕκ τε τῆς οὐσίας αὐτῆς καὶ ἐκ τῆς προσηγορίας δῆλον. εἰμαρμένη τε γὰρ προσαγορεύεται ὡς ἂν εἰρομένη τις· θεσμός δὲ καὶ νόμος ὑπάρχει τῷ τὰ ἀκόλουθα τοῖς γινόμενοις πολιτικῶς διατετάχθαι.

Ἐξῆς δὲ σκεπτέον καὶ τὰ κατὰ τὸ πρὸς τι, πῶς μὲν πρὸς τὴν πρόνοιαν ἡ εἰμαρμένη ἔχει, πῶς δὲ πρὸς τὴν τύχην καὶ τό γ' ἐφ' ἡμῖν καὶ τὸ ἐνδεχόμενον καὶ ὅσα τοιαῦτα· **(570C)** πρὸς δὲ τούτῳ διωρίσθω, πῆ μὲν ἀληθὲς πῆ δὲ ψεῦδος τό ἅπαντα καθ' εἰμαρμένην. εἰ μὲν οὖν τὸ ἐν τῇ εἰμαρμένη πάντα περιέχεσθαι δηλοῖ, συγχωρητέον εἶναι ἀληθές· εἰ θ' ὅσα περὶ ἀνθρώπους εἴτε κατὰ γῆν ἅπαντα εἴτε κατ' οὐρανὸν γινόμενα βούλεται τις ἐν τῇ εἰμαρμένη τίθεσθαι, καὶ ταῦθ' ὡς πρὸς τὸ παρὸν συγκεχωρήσθω· εἰ δ', ὅπερ καὶ μᾶλλον ἐμφαίνει, τὸ καθ' εἰμαρμένην οὐχ ἅπαντα, ἀλλ' αὐτὸ μόνον τὸ ἐπόμενον αὐτῇ σημαίνει, οὐ πάντα ρητέον καθ' εἰμαρμένην, οὐδ' εἰ καθ' εἰμαρμένην πάντα. οὐδὲ γὰρ νόμιμα οὐδὲ κατὰ νόμον πάνθ' ὅποσα περιεῖληφεν ὁ νόμος· καὶ γὰρ προδοσίαν καὶ λιποταξίαν καὶ μοιχείαν **(570D)** καὶ πολλὰ ἕτερα τοιαῦτα περιλαμβάνει, ὧν οὐδὲν ἂν τις εἴποι νόμιμον, ὅπῳ οὐδὲ τὸ ἀριστεύσαι ἢ τυραννοκτονῆσαι ἢ τι ἄλλο κατορθῶσαι φαίην ἂν ἔγωγε νόμιμον. τὸ μὲν γὰρ δὴ νόμιμον πρόσταγμα νόμου ἐστὶ· τὰ δ' εἴπερ ὁ νόμος προστάττει, πῶς οὐκ ἂν ἀπειθοῖεν καὶ παρανομοῖεν οἱ γε μὴ ἀριστεύοντες καὶ τυραννοκτονοῦντες καὶ ὅσοι τὰ τοιαῦτα μὴ κατορθοῦσιν; ἢ πῶς, εἰ παράνομοι οἶδε, οὐ δίκαιον κολάζειν τοὺς τοιούτους; εἰ γε μὴν ταῦτα λόγον οὐκ ἔχει, μόνον ρητέον νόμιά τε καὶ κατὰ νόμον τὰ ὑπὸ τοῦ νόμου ὀρισθέντ' ἐπὶ τοῖς ὀπωσοῦν πραττομένοις· **(570E)** μόνον δ' εἰμαρμένα καὶ καθ' εἰμαρμένην τὰ ἀκόλουθα τοῖς ἐν τῇ θεῖα διατάξει προηγησαμένοις. ὥστε πάντα μὲν τὰ γινόμενα ἡ εἰμαρμένη περιλαμβάνει, πολλὰ δὲ τῶν ἐν αὐτῇ καὶ σχεδὸν ὅσα προηγεῖται οὐκ ὀρθὸν λέγειν καθ' εἰμαρμένην.

Τούτων δ' οὕτως ἐχόντων ἐξῆς ρητέον, ὡς τό γ' ἐφ' ἡμῖν καὶ ἡ τύχη τό τε δυνατόν καὶ τὸ ἐνδεχόμενον καὶ τὰ τούτων συγγενῆ ταχθέντα ἐν τοῖς προηγουμένοις αὐτά τε σφύζοιτ' ἂν καὶ τὴν εἰμαρμένην σφύζοι. ἡ μὲν γὰρ εἰμαρμένη πάντα περιέχει καθάπερ καὶ δοκεῖ· τὰ δ' οὐκ

ἐξ (570F) ἀνάγκης γενήσεται, ἀλλ' ἕκαστον αὐτῶν οἶον καὶ πέφυκεν εἶναι. πέφυκε δὲ τὸ δυνατὸν ὡς γένος προὔφεσταναι τοῦ ἐνδεχομένου, τὸ <δ> ἐνδεχόμενον ὡς ὕλη τῶν ἐφ' ἡμῖν προὔποκεῖσθαι, τὸ δ' ἐφ' ἡμῖν ὡς κύριον χρῆσθαι τῷ ἐνδεχομένῳ· ἡ δὲ τύχη παρεμπίπτει τῷ ἐφ' ἡμῖν διὰ τὴν ἐφ' ἑκάτερα ῥοπὴν τοῦ ἐνδεχομένου. μάθοις δ' ἂν τὸ λεγόμενον σαφῶς ἐννοήσας, ὡς τὸ γινόμενον ἅπαν καὶ ἡ γένεσις (571A) αὐτὴ οὐ δίχα δυνάμεως, ἡ δὲ δύναμις οὐκ ἄνευ οὐσίας. οἶον <ἀνθρώπου> εἴτε γένεσις εἴτε γενητὸν οὐκ ἄνευ τῆς δυνάμεως, αὕτη δὲ περὶ ἀνθρώπου, οὐσία δ' ὁ ἀνθρώπος.

ἀπὸ δὲ τῆς δυνάμεως μεταξὺ οὔσης ἡ μὲν οὐσία δυνάμενον, ἡ δὲ γένεσις καὶ τὸ γινόμενον ἄμφω δυνατά. τριῶν τοίνυν τούτων, δυνάμεως καὶ δυνάμενον καὶ δυνατοῦ, δυνάμεως μὲν ὡς τὸ εἶναι προὔποκεται τὸ δυνάμενον, δυνατοῦ δ' ἡ δύναμις προὔφίσταται. σαφὲς μὲν οὖν καὶ οὕτως τὸ δυνατόν· τύπῳ δ' ἂν ἀφορισθεῖ κοινότερον μὲν τὸ κατὰ δυνάμιν πεφυκὸς γίνεσθαι, κυριώτερον δὲ ταῦτο τοῦτο, ὅποταν μηδὲν ἔξωθεν ἔχη πρὸς τὸ (571B) γίνεσθαι ἐμποδῶν. τῶν δὲ δυνατῶν τὰ μὲν οὐκ ἂν κωλυθεῖ ποτέ, ὥσπερ τὰ κατ' οὐρανόν, ἀνατολαὶ καὶ δύσεις καὶ τὰ τούτοις παραπλήσια· τὰ δ' οἷά τε κωλυθῆναι ἐστίν, ὡς πολλὰ μὲν τῶν ἀνθρωπίνων πολλὰ δὲ καὶ τῶν μεταρσίων.

τὰ μὲν οὖν πρότερ' ὡς ἐξ ἀνάγκης γινόμεν' ἀναγκαῖα προσαγορεύεται, ἃ δὲ πως τούναντίον ἐπιδέχεται ἐνδεχόμενα. ἀφορίζοιτο δ' ἂν κατὰ ταῦτα· τὸ μὲν ἀναγκαῖον δυνατόν τὸ ἀντικείμενον ἀδυνάτῳ, τὸ δ' ἐνδεχόμενον δυνατόν, οὗ καὶ τὸ ἀντικείμενον δυνατόν. τὸ μὲν γὰρ (571C) καταδύναι τὸν ἥλιον ἀναγκαῖόν θ' ἅμα καὶ δυνατόν, ἀντίκειται <γὰρ> ἀδύνατον τὸ μὴ καταδύναι· τὸ δὲ καταδύντος ἡλίου ὄμβρον γενέσθαι <καὶ μὴ γενέσθαι>, ἀμφοτέρα δυνατὰ καὶ ἐνδεχόμενα. πάλιν δὲ καὶ ἐπὶ τοῦ ἐνδεχομένου, τὸ μὲν ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ, τὸ δ' ὡς ἐπ' ἔλαττον, τὸ δ' ὡς ἐπίσης καὶ ὀπότερον ἔτυχε· τοῦτο μὲν φανερόν ὡς αὐτὸ αὐτῷ ἀντιτέτακται, τὸ δὲ ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ καὶ ἐπ' ἔλαττον ἀλλήλοισι· καὶ ταῦτα μὲν ἐπὶ τῇ φύσει τὸ πλεῖστον, ἐφ' ἡμῖν δὲ τὸ ἐπίσης. τὸ μὲν γὰρ ὑπὸ κῦνα καὶ ψυχῆς, <ὡν τὸ μὲν> ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ τὸ δ' ὡς ἐπ' ἔλαττον, τῇ φύσει ἄμφω ὑποτέτακται· τὸ δὲ περιπατεῖν (571D) καὶ μὴ καὶ ὅσα τοιαῦτα, ὧν ἑκάτερον ἐπί<σης>, τῇ ἀνθρωπίνῃ ὀρμῇ ὑποτέτακται, ὃ δὲ ἐφ' ἡμῖν καὶ κατὰ προαίρεσιν λέγεται. γενικώτερον δὲ μᾶλλον τὸ ἐφ' ἡμῖν· δύο γὰρ ἔχει εἶδη, τό τ' ἐκ πάθους καὶ θυμοῦ ἢ ἐπιθυμίας τό τ' ἐξ ἐπιλογισμοῦ ἢ διανοίας, ὅπερ ἤδη κατὰ προαίρεσιν <ἂν> τις εἴποι.

ἔχει δὲ λόγον μὴ τὸ δυνατόν καὶ ἐνδεχόμενον τοῦτο, ὅπερ καθ' ὀρμὴν καὶ ἐφ' ἡμῖν εἴρηται, [μὴ] τὸ αὐτὸ κατ' ἄλλο λέγεται· κατὰ μὲν γὰρ τὸ μέλλον δυνατόν τε καὶ ἐνδεχόμενον, κατὰ δὲ τὸ παρὸν ἐφ' ἡμῖν τε καὶ καθ' ὀρμὴν. ἀφορίζοιτο δ' ἂν ὧδε· τὸ μὲν ἐνδεχόμενον ὅπερ αὐτό τε καὶ τὸ ἀντικείμενον, τὸ δ' ἐφ' ἡμῖν θάτερον μέρος τοῦ ἐνδεχομένου τὸ κατὰ τὴν ἡμετέραν ὀρμὴν ἤδη γινόμενον. ὅτι μὲν οὖν τὸ δυνατόν τοῦ ἐνδεχομένου

πρότερον τῆ φύσει τὸ δ' ἐνδεχόμενον τοῦ ἐφ' ἡμῖν προϋφίσταται, καὶ οἷον αὐτῶν τυγχάνει ὄν ἕκαστον καὶ πόθεν ὀνομάζεται καὶ τὰ γε παρακείμενα αὐτοῖς, σχεδὸν εἴρηται.

Περὶ δὲ τῆς τύχης καὶ τοῦ αὐτομάτου καὶ εἴ τι παρὰ ταῦτα θεωρεῖται, νῦν ἡμῖν λεκτέον. αἴτιον μὲν δὴ τι ἢ τύχη. τῶν δ' αἰτίων τὰ μὲν καθ' αὐτά, τὰ δὲ κατὰ συμβεβηκός· οἷον οἰκίας ἢ νεῶς καθ' αὐτὸ μὲν αἴτιον τὸ οἰκοδομικὸν καὶ τὸ ναυπηγικόν, κατὰ συμβεβηκός δὲ τὸ **(571F)** μουσικὸν ἢ γεωμετρικόν, καὶ πᾶν ὃ τι ἂν τῷ οἰκοδομικῷ ἢ ναυπηγικῷ εἶδει συμβεβήκη, εἴτε κατὰ σῶμα εἴτε κατὰ ψυχὴν εἴτε κατὰ τὰ ἐκτός. ὅθεν καὶ δῆλον, ὡς τὸ καθ' αὐτὸ ὠρισμένον καὶ ἓν, τὸ δὲ κατὰ συμβεβηκός οὐχ ἓν τε καὶ ἀόριστον·

(572A) πολλὰ γὰρ καὶ ἄπειρα τῷ ἐνὶ ὑπάρχει παντάπασιν ἀλλήλων διαφέροντα. τὸ μέντοι κατὰ συμβεβηκός, ὅταν μὴ μόνον ἐν τοῖς ἔνεκά του γίγνηται, ἀλλὰ καὶ ἐν οἷς ἢ προαίρεσις, τότε δὴ καὶ [τὸ] ἀπὸ τύχης προσαγορεύεται· οἷον τὸ εὐρεῖν χρυσίον σκάπτονθ' ἴνα φυτεύση, ἢ παθεῖν τι ἢ δρᾶσαι τῶν παρὰ τὸ ἔθος φεύγοντ' ἢ διώκοντ' ἢ ἄλλως βαδίζοντ' ἢ αὐτὸ μόνον ἐπιστραφέντ' οὐ τούτου ἔνεκα, ὅπερ συνέπεσεν, ἀλλ' ἐτέρου τινὸς χάριν. διὸ καὶ ἀπρονόητον αἰτίαν καὶ ἄδηλον ἀνθρωπίνῳ λογισμῷ τὴν τύχην ἀπέδωσαν τῶν παλαιῶν ἔνιοι. κατὰ δὲ τοὺς ἀπὸ Πλάτωνος **(572B)** ἔγγιον ἔτι προσιόντας αὐτῆς τῷ λόγῳ οὕτως ἀφώριστα ἢ τύχη, αἰτία κατὰ συμβεβηκός τῶν ἔνεκά του ἐν τοῖς κατὰ προαίρεσιν· ἔπειτ' ἤδη καὶ τὸ ἀπρονόητον καὶ τὸ ἄδηλον ἀνθρωπίνῳ λογισμῷ προστιθέασιν. καίτοι γε κατὰ τὰ αὐτὰ καὶ τὸ σπάνιον καὶ παράλογον ἐμφαίνεται τῷ κατὰ συμβεβηκός· οἷον δ' ἐστὶ τοῦτο, εἰ καὶ μὴ ἐκ τῶν ἄρτι ρηθέντων, ἀλλ' ἐκ γε τῶν ἐν τῷ Φαίδωνι γεγραμμένων σαφέστατα προσπίπτει. γέγραπται δ' ὧδε **(58a)**· ‘οὐδὲ τὰ περὶ τῆς δίκης ἄρα ἐπύθοντο ὄν τρόπον ἐγένετο; Ναί· **(572B)** ταῦτα μὲν ἡμῖν ἠγγειλέ τις· καὶ ἐθαυμάζομέν γε, ὅτι πάλαι **(572C)** αὐτῆς γενομένης ὕστερον φαίνεται ἀποθανών· τί ἦν τοῦτο, ὃ Φαίδων; Τύχη τις αὐτῷ, ὃ Ἐχέκρατες, συνέβη· ἔτυχε γὰρ τῆ προτεραιᾶ τῆς δίκης ἢ πρύμνα ἐστεμμένη τοῦ πλοίου, ὃ εἰς Δῆλον Ἀθηναῖοι πέμπουσιν.’ ἐν γὰρ τούτοις τὸ ‘συνέβη’ οὐκ ἀντὶ τοῦ ‘γέγονεν’ ἀκουστέον, ἀλλὰ πολὺ μᾶλλον ἐκ συνδρομῆς τινος αἰτίων ἀπέβη ἄλλου πρὸς ἄλλο γεγονότος. ὁ μὲν γὰρ ἱερεὺς ἔστεφε τὸ πλοῖον ἄλλου χάριν ἀλλ' οὐ Σωκράτους· οἱ δὲ δι' ἕτερον κατεψηφίσαντ' αὐτοῦ· αὐτὸ δὲ τὸ ἀποβὰν παράλογον καὶ τοιοῦτο ἀπέβη, οἷον κἂν ἐκ προνοίας ἐγεγόνει ἤτοι ἀνθρωπίνου τινὸς ἢ τῶν **(572D)** ἔτι κρειττόνων. καὶ περὶ μὲν τῆς τύχης ταῦθ' ἱκανά· <ἐξῆς δὲ σκεπτέον> οἷς συνυφίστασθαι <αὐτὴν> ἀνάγκη. † τὸ μὲν ἀπ' αὐτοῦ παρωνύμως καὶ τοῦ ἐφ' ἡμῖν προϋποκεισθαι ἐλέχθη, τὸ δ' αὐτόματον ἐπὶ πλεῖον τῆς τύχης· εἰ γὰρ καὶ αὐτὴν περιλαβὸν ἔχει καὶ πολλὰ τῶν ἄλλοτ' ἄλλως συμπίπτειν πεφυκότων. ἔστι δὲ κατ' ὄνομα, ὅπερ αὐτόματον λέγεται, τὸ πεφυκός ἄλλου ἔνεκα, ὅταν μὴ ἐκεῖνο παρ.... ἐπεφύκει· οἷον δοκεῖ τὸ ὑπὸ κύνα ψῦχος. ποτὲ γὰρ ψῦχος οὐ μάτην, οὐδὲ τὸ δ' ὅλον, ὡς τὸ ἐφ' ἡμῖν μέρος τοῦ ἐνδεχομένου, οὕτως ἢ τύχη τοῦ αὐτομάτου.

(572E) ἔστι δ' ἑκατέρου ἑκάτερον σύμπτωμα, τὸ μὲν αὐτόματον τοῦ ἐνδεχομένου, ἡ δὲ τύχη τοῦ ἐφ' ἡμῖν, καὶ τούτου οὐχ ἅπαντος, ἀλλ' ὅπερ ἂν καὶ κατὰ προαίρεσιν ἦ, ὡς προεῖρηται (571d). διὸ καὶ τὸ μὲν αὐτόματον κοινὸν ἐμψύχων τε καὶ ἀψύχων, ἡ δὲ τύχη ἀνθρώπου ἴδιον ἤδη πράττειν δυναμένου. τεκμήριον δέ, ὅτι τὸ εὐτυχεῖν καὶ εὐδαιμονεῖν ταῦτά εἶναι δοξάζεται· ἡ δὲ εὐδαιμονία εὐπραξία τις ἢ δ' εὐπραξία περὶ μόνον καὶ τέλειον ἄνθρωπον.

Καὶ τὰ μὲν ἐντὸς τῆς εἰμαρμένης τοιαῦτα, τό τ' ἐνδεχόμενον καὶ <τὸ> δυνατόν, ἡ τε προαίρεσις καὶ τὸ ἐφ' ἡμῖν, ἡ τε τύχη καὶ τὸ αὐτόματον, τὰ τε παρακείμεν' αὐτοῖς (572F) ὧν καὶ τὸ τάχα καὶ τὸ ἴσως· ἃ δὲ πάντα περιέχει μὲν ἡ εἰμαρμένη, οὐδὲν δ' αὐτῶν ἐστὶ καθ' εἰμαρμένην. λοιπὸν δ' ἂν εἴη καὶ περὶ προνοίας εἰπεῖν, ὡς αὐτὴ γε περιεῖληφε τὴν εἰμαρμένην.

Ἔστιν οὖν πρόνοια ἡ μὲν ἀνωτάτω καὶ πρώτη τοῦ πρώτου θεοῦ νόησις εἴτε καὶ βούλησις οὔσα εὐεργετὶς ἀπάντων, καθ' ἣν πρώτως ἕκαστα τῶν θείων διὰ παντὸς ἄριστά τε καὶ κάλλιστα κεκόσμηται, ἡ δὲ δευτέρα δευτέρων (573A) θεῶν τῶν κατ' οὐρανὸν ἰόντων, καθ' ἣν τὰ τε θνητὰ γίνεται τεταγμένως καὶ ὅσα πρὸς διαμονὴν καὶ σωτηρίαν ἐκάστων τῶν γενῶν, τρίτη δ' ἂν εἰκότως ῥηθεῖη πρόνοιά τε καὶ προμήθεια τῶν ὅσοι περὶ γῆν δαίμονες τεταγμένοι τῶν ἀνθρωπίνων πράξεων φύλακές τε καὶ ἐπίσκοποί εἰσι. τριττῆς τοίνυν τῆς προνοίας θεωρουμένης, κυριώτατα δὲ καὶ μάλιστα τῆς πρώτης λεγομένης, οὐκ ἂν ὀκνήσαιμεν εἰπεῖν, εἰ καὶ φιλοσόφοις ἀνδράσι τὰναντία λέγειν δόξαιμεν, ὡς πάντα μὲν καθ' εἰμαρμένην καὶ κατὰ πρόνοιαν, οὐ μὴν καὶ κατὰ φύσιν· ἀλλ' ἔνια μὲν (573B) κατὰ πρόνοιαν καὶ ἄλλα γε κατ' ἄλλην, ἔνια δὲ καθ' εἰμαρμένην. καὶ ἡ μὲν εἰμαρμένη πάντως κατὰ πρόνοιαν, ἡ δὲ πρόνοια οὐδαμῶς καθ' εἰμαρμένην (ἔστω δ' ὁ λόγος τὰ νῦν περὶ τῆς πρώτης καὶ ἀνωτάτω)· τὸ μὲν <γάρ> κατὰ τι ὕστερον ἐκεῖνου, καθ' ὃ τι ἂν καὶ λέγεται, οἷον τὸ κατὰ νόμον τοῦ νόμου καὶ τὸ κατὰ φύσιν τῆς φύσεως· οὕτω δὲ καὶ τὸ καθ' εἰμαρμένην τῆς εἰμαρμένης νεώτερον ἂν εἴη· ἡ δ' ἀνωτάτω πρόνοια πρεσβύτατον ἀπάντων, πλὴν οὐπὲρ ἐστὶν εἴτε βούλησις εἴτε νόησις εἴτε καὶ ἑκάτερον. ἔστι δ' ὡς πρότερον εἴρηται τοῦ πάντων πατρός τε καὶ δημιουργοῦ. (573C) 'λέγωμεν γὰρ δὴ' φησὶν ὁ Τίμαιος (29d) 'δι' ἣντινα αἰτίαν γένεσιν καὶ τὸ πᾶν τόδε ὁ ξυριστὰς συνέστησεν. ἀγαθὸς ἦν· ἀγαθῷ δὲ οὐδεὶς οὐδέποτε περὶ οὐδενὸς ἐγγίγνεται φθόνος· τούτου δ' ἐκτὸς ὧν πάντα ὅτι μάλιστα ἐβουλήθη γενέσθαι παραπλήσια ἑαυτῷ. ταύτην δὲ γενέσεως καὶ κόσμου μάλιστα' ἂν τις ἀρχὴν κυριωτάτην παρ' ἀνδρῶν φρονίμων ἀποδεχόμενος ὀρθότατ' ἀποδέχοιτ' ἂν.

βουληθεὶς γὰρ ὁ θεὸς ἀγαθὰ μὲν πάντα, φαῦλον δὲ μηδὲν εἶναι κατὰ δύναμιν, οὕτω δὲ πᾶν ὅσον ἦν ὀρατὸν παραλαβὼν, οὐχ ἡσυχίαν ἄγον ἀλλὰ κινούμενον πλημμελῶς καὶ

ἀτάκτως, εἰς τάξιν αὐτὸ ἦγεν ἐκ τῆς ἀταξίας, ἠγησάμενος ἐκεῖνο τοῦδε πάντως ἄμεινον. Θέμις δὲ οὐτ' ἦν οὐτ' ἔστι τῷ ἀρίστῳ δρᾶν ἄλλο πλὴν τὸ κάλλιστον.'

(573D) ταῦτα μὲν οὖν καὶ τὰ τούτων ἐχόμενα μέχρι ψυχῶν ἀνθρωπίνων κατὰ πρόνοιαν νομιστέον τὴν γε πρώτην συνεστηκέναι· τὰ δ' ἐντεῦθεν οὕτω λεγόμενα (41d) 'συστήσας δὲ τὸ πᾶν ἰσαρίθμους τοῖς ἄστροις ἔταξεν διεῖλέ τε ψυχὰς ἐκάστην πρὸς ἕκαστον, καὶ ἐμβιβάσας ὡς εἰς ὄχημα τὴν τοῦ παντὸς φύσιν ἔδειξε νόμους τε τοὺς εἰμαρμένους <εἶπεν αὐταῖς>.' ταῦτα δὲ τίς οὐκ ἂν διαρρήδην καὶ σαφέστατ' οἴθηε τὴν εἰμαρμένην δηλοῦν, ὥσπερ τινὰ βάσιν καὶ πολιτικὴν νομοθεσίαν ταῖς ἀνθρωπίναις ψυχαῖς προσήκουσαν, ἧς δὴ καὶ τὴν αἰτίαν ἐξῆς ἐπιφέρει, τὴν δὲ δευτέραν πρόνοιαν ὧδέ πως ἐπισημαίνεται (573E) λέγων (42d) 'διαθεσμοθετήσας πάντα αὐτοῖς, ἵνα τοῖς ἔπειτα εἴη κακίας ἐκάστων ἀναίτιος, ἔσπειρε τοὺς μὲν εἰς τὴν γῆν, τοὺς δ' εἰς τὴν σελήνην, τοὺς δ' εἰς τὰ ἄλλα <ὄσα> ὄργανα χρόνου.

τὸ δὲ μετὰ τὸν σπόρον τοῖς νέοις παρέδωκε θεοῖς σώματα πλάττειν θνητά, τό τ' ἐπίλοιπον, ὅσον ἐστὶ ψυχῆς ἀνθρωπίνης δέον προσγενέσθαι, τοῦτο καὶ πάνθ' ὅσα ἀκόλουθα ἐκεῖνοις ἀπεργασαμένους ἄρχειν καὶ κατὰ (573F) δύναμιν ὅτι κάλλιστα καὶ ἄριστα τὸ θνητὸν διακυβερνᾶν ζῶον, ὃ τι μὴ κακῶν αὐτὸ αὐτῷ γίνοιτο αἴτιον.' ἐν γὰρ τούτοις τὸ μὲν 'ἵνα τοῖς ἔπειτα εἴη κακίας ἀναίτιος ἐκάστῳ' σαφεστάτην αἰτίαν σημαίνει τῆς εἰμαρμένης, ἡ δὲ τῶν νέων θεῶν τάξις καὶ δημιουργία τὴν δευτέραν πρόνοιαν δηλοῖ· καὶ πως καὶ τρίτης παρεφάπτεσθαι ἔοικεν, εἴ γε δὴ τούτου χάριν ἢ θεσμοθεσία, 'ἵνα τῆς ἔπειτα εἴη κακίας ἐκάστῳ ἀναίτιος'· θεὸς δὲ κακίας ἄμοιρος οὔτε νόμων οὐθ' εἰμαρμένης ἐπιδέοιτ' ἂν, ἀλλὰ τῇ προνοίᾳ τοῦ γεννήσαντος συνεπισπώμενος ἕκαστος αὐτῶν πράττει τὰ αὐτοῦ· (574A) ταῦτα δ' ἀληθῆ καὶ ἀρέσκοντα τῷ Πλάτωνι εἶναι φανερά μοι δοκεῖ μαρτύρια τὰ πρὸς τοῦ νομοθέτου ἐν τοῖς Νόμοις οὕτω λεγόμενα (875c sqq.)· 'ἐπεὶ ταῦτα εἴ ποτέ τις ἀνθρώπων φύσει ἰκανός, θεία μοῖρα γεννηθεῖς, παραλαβεῖν δυνατὸς εἴη, νόμων οὐδὲν ἂν δέοιτο αὐτοῦ ἀρξόντων· ἐπιστήμης γὰρ οὔτε νόμος οὔτε τάξις οὐδεμία κρείττων, οὐδὲ θέμις ἐστὶ <νοῦν> οὐδενὸς ὑπήκοον οὐδὲ δοῦλον ἀλλὰ πάντων ἄρχοντα εἶναι, εἴανπερ ἀληθινὸς ἐλεύθερός τε ὄντως ἦ κατὰ φύσιν.'

Ἐγὼ μὲν οὖν τὰ [πρὸς] τοῦ Πλάτωνος † ταύτη τῇ (574B) παροιμία λαμβάνω. τριττῆς γὰρ οὕσης τῆς προνοίας ἡ μὲν ἄτε γεννήσασα τὴν εἰμαρμένην τρόπον τινὰ αὐτὴν περιλαμβάνει, ἡ δὲ συγγενηθεῖσα τῇ εἰμαρμένη πάντως αὐτῇ συμπεριλαμβάνεται, ἡ δ' ὡς ὕστερον τῆς εἰμαρμένης γενομένη κατὰ τὰ αὐτὰ δὴ ἐμπεριέχεται ὑπ' αὐτῆς, καθ' ἃ καὶ τὸ ἐφ' ἡμῖν καὶ ἡ τύχη εἴρηται. 'οἷς γὰρ ἂν συλλάβηται τῆς συνουσίας ἢ τοῦ δαιμονίου δύναμις', ὡς φησι Σωκράτης μονονουχὶ θεσμόν τινα καίτοι οὐ τὸν Ἀδραστείας διεξιῶν πρὸς τὸν Θεάγην, (129e) 'οὐτοί εἰσιν, ὧν καὶ σὺ ἦσθησαι· ταχὺ γὰρ παραχρηῖμα ἐπιδιδόασιν.' οὐκοῦν ἐν τούτῳ

τὸ μὲν ‘συλλαμβάνειν τισὶ τὸ (574C) δαιμόνιον’ κατὰ τὴν τρίτην πρόνοιαν [ἀνα]θετέον, τὸ δὲ ἄτακτ' παραχρῆμα ἐπιδιδόναι’ καθ' εἰμαρμένην, τὸ δ' ὅλον οὐκ ἄδηλον, ὡς αὐτὸ τοῦθ' εἰμαρμένη τις ἐστίν.

τάχα δ' ἂν αὖ τῷ πολὺ πιθανώτερον δόξειε καὶ τὴν δευτέραν πρόνοιαν ὑπὸ τῆς εἰμαρμένης περιέχεσθαι καὶ πάνθ' ἀπλῶς τὰ γινόμενα, εἴ γε καὶ ἡ κατ' οὐσίαν εἰμαρμένη ὀρθῶς ἡμῖν εἰς τὰς τρεῖς μοῖρας διανεμένηται καὶ ὁ τῆς ἀλύσεως λόγος τὰς περὶ οὐρανὸν περιόδους τοῖς ἐξ ὑποθέσεως ἀποβαίνουσι συγκαταλέγει. ἀλλὰ περὶ μὲν τούτων οὐκ <ἂν> (574D) ἔγωγ' ἐπὶ πλεόν διενεχθεῖν πότερον ἐξ ὑποθέσεως † λεγόμενα ἢ ὡς μᾶλλον σὺν εἰμαρμένη προκατάρχοντος αὐτῆς τῆς εἰμαρμένης εἰμαρμένου.

Ὁ <μὲν> οὖν ἡμέτερος λόγος ἐπὶ κεφαλαίων εἰπεῖν τοιοῦτός τις ἂν εἴη, ὁ δὲ τούτων ἐναντίος οὐ μόνον ἐν εἰμαρμένη ἀλλὰ καὶ καθ' εἰμαρμένην πάντα τίθεται, πάντα δὲ θατέρῳ συνάδει· τὰ δὲ τῷ ἐτέρῳ συνφθὰ δῆλον ὅτι καὶ θατέρῳ. κατὰ μὲν οὖν τόνδε τὸν λόγον τὸ ἐνδεχόμενον <πρῶτον> εἴρηται καὶ τό γ' ἐφ' ἡμῖν δεύτερον καὶ τρίτον ἢ τε τύχη καὶ τὸ αὐτόματον καὶ ὅσα κατ' αὐτά· ἔπαινος (574E) δὲ καὶ ψόγος καὶ τὰ τούτων συγγενῆ τέταρτα, πέμπτον δὲ καὶ ἐπὶ πᾶσιν εὐχαὶ θεῶν καὶ θεραπείαι λεγέσθω· ἀργοὶ δὲ καὶ θερίζοντες λόγοι καὶ ὁ παρὰ τὴν εἰμαρμένην ὀνομαζόμενος σοφίσμαθ' ὡς ἀληθῶς κατὰ τοῦτον τὸν λόγον τυγχάνει ὄντα. κατὰ δὲ τὸν ἐναντίον μάλιστα μὲν καὶ πρῶτον <ἂν> εἶναι δόξειε τὸ μηδὲν ἀναιτίως γίνεσθαι ἀλλὰ κατὰ προηγουμένης αἰτίας, δεύτερον δὲ τὸ φύσει διοικεῖσθαι τόνδε τὸν κόσμον σύμπουν καὶ συμπαθῆ αὐτὸν αὐτῷ ὄντα, τρίτον δέ, ἃ πρὸς τούτοις μαρτύρια μᾶλλον ἔοικεν εἶναι· μαντικὴ μὲν ἅπασιν ἀνθρώποις εὐδόκιμος ὡς ἀληθῶς θεῶ <συν>υπάρχουσα, ἡ δὲ τῶν σοφῶν (574F) πρὸς τὰ συμβαίνοντα εὐαρέστησις, ὡς πάντα κατὰ μοῖραν γινόμενα, δευτέρα, τρίτον δὲ τὸ πολυθρύλητον τοῦτο, ὅτι πᾶν ἀξίωμα ἢ ἀληθές ἐστίν ἢ ψευδές. τούτων γε μὴν ἐπὶ τοσοῦτον ἐμνήσθημεν, ἵνα ὡς ἐπὶ βραχὺ τὰ τῆς εἰμαρμένης <κεφάλαια δηλωθεῖν>· ἃ χρὴ διερευνησασθαι κατὰ τὴν ἀκριβῆ βᾶσανον ἑκατέρου τῶν λόγων, τὰ δὲ καθ' ἕκαστα τούτων ἐσαῦθις μέτιμεν.